

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

Rui Zanata Jr.

**Desigualdade e associativismo:
um estudo comparativo sobre capital social e participação política com duas associações
de moradores de Porto Alegre.**

Porto Alegre, dezembro de 2009.

Rui Zanata Jr.

**Desigualdade e associativismo:
um estudo comparativo sobre capital social e participação política com duas associações
de moradores de Porto Alegre.**

Monografia apresentada junto ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre, dezembro de 2009.

RUI ZANATA JUNIOR

**Desigualdade e associativismo:
um estudo comparativo sobre capital social e participação política com duas associações
de moradores de Porto Alegre.**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final
para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em 04 de dezembro de 2009.

Banca Examinadora

Marcelo Kunrath Silva
(Orientador)

Carlos José Naujorks
(Membro)

Luciano Joel Fedozzi
(Membro)

RESUMO

Esta pesquisa visa investigar a relação entre desigualdade e associativismo na conformação da participação política de duas associações de moradores de Porto Alegre: uma situada numa vila popular e outra num bairro de classe média. Argumenta-se, então, que a posição social dos participantes das entidades (bem como das populações por elas representadas), que é caracterizada por uma significativa desigualdade, define a configuração das suas redes sociais e dos seus capitais sociais – agregados de recursos reais ou potenciais vinculados à posse de uma rede de relações relevante ao acesso de bens e serviços. Os capitais sociais, por sua vez, condicionariam os espaços procurados por esses grupos para reivindicarem e expressarem suas demandas e propostas – ou seja, sua participação política. O estudo comparativo é justificado pela importância de investigar o papel das desigualdades sobre o associativismo e, por conseguinte, sobre a participação política. Os objetivos são: compreender as diferenças e semelhanças entre o associativismo de bairro de classe média e o de classe popular; investigar se e como desigualdades socioeconômicas implicam em diferenças em termos dos capitais sociais aos quais os atores têm acesso, culminando em modos diferenciados de participação política; averiguar as distintas lógicas de ação e acesso aos bens e serviços, seja através do Estado, seja na esfera privada; apreender a participação de diferentes camadas sociais tanto nos espaços formais quanto nos informais de acesso a recursos sociais. Em relação à associação popular, foram realizadas entrevistas em profundidade com integrantes da sua diretoria e com a sua delegada no Fórum Regional do Orçamento Participativo da Região Centro, bem como observações nesse espaço. No que diz respeito à entidade do bairro de classe média, foi realizada pesquisa documental com o jornal da associação e com o jornal de bairro Oi! Menino Deus, bem como entrevista com o seu fundador e ex-diretor. Após a sistematização do conteúdo das entrevistas e dos textos dos jornais, foram definidos os exemplos de ações e manifestações políticas, a fim de analisá-los por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais, a qual foi operacionalizada através do software UCINET 6. De modo geral, observou-se uma composição e um volume muito diferenciados dos capitais sociais – ou a sua reconversão em outras formas de recursos – detidos pelas duas entidades. Enquanto a associação de classe média fundamenta suas ações através da mobilização de amplo leque de relações com políticos, empresários, organizações sociais e instituições, a associação da comunidade popular possui uma rede relacional muito menor e, sobretudo, constituída por atores com posições sociais bem menos proeminentes que as ocupadas pelos atores com os quais a primeira se relaciona. Ademais, a entidade popular tende a atuar politicamente através de espaços institucionais formais – Orçamento Participativo –, utilizando como fonte de mobilização, em grande medida, os capitais de ligação e de ponte. Para a entidade de classe média, os capitais (ligação, ponte e conexão) estruturam modos de participação política, preferencialmente, em espaços institucionais informais e através da mobilização das relações sociais – em especial com o empresariado.

Palavras-chave: Associativismo. Desigualdade. Capital social. Participação Política. Associações de Moradores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

(Figura 1) Fotografia área da região central da cidade de Porto Alegre.....	27
(Figura 2) Seqüência de imagens de momentos e ações relevantes na história da ASSAMED.....	31
(Figura 3) Imagem área da quadra onde se localiza a Vila Menino Deus – janeiro de 2009...35	
(Figura 4) A rede social configurada no processo de contestação da construção da Pista de eventos no bairro Menino Deus.....	39
(Figura 5) A rede social configurada durante o processo de construção da Sede da ASSAMED, incluindo a etapa de gradeamento, entre 1992 e 1995.....	43
(Figura 6) A rede social configurada durante a iniciativa de Policiamento Ciclístico no bairro Menino Deus, 2001.....	46
(Figura 7) A rede social da Associação dos Moradores da Vila Menino Deus, 2008.....	48

LISTA DE QUADROS

(Quadro 1) Sistematização do trabalho de campo realizado entre fins de 2007 e início 2009.....	13
(Quadro 2) Dimensões de capital social e seus indicadores.....	20
(Quadro 3) A relação teórico-hipotética entre posição social e capital social.....	21
(Quadro 4) Relações teórico-hipotéticas entre capital social e participação política.....	26
(Quadro 5) Problemas e demandas das comunidades Pesquisadas.....	34
(Quadro 6) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais na contestação da construção da Pista de Eventos.....	42
(Quadro 7) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais na construção e gradeamento da sede da ASSAMED.....	45
(Quadro 8) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais na iniciativa de Policiamento Ciclístico no bairro Menino Deus.....	47
(Quadro 9) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais nas ações empregadas pela AMVMD.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMVMD – Associação dos Moradores da Vila Menino Deus.

AM – Associação de Moradores.

AMs – Associações de Moradores.

ARS – Análise de Redes Sociais.

ASSAMED – Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus.

CGPP – Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

COEMIT – Comitê de Emigração Italiana.

COP – Conselho do Orçamento Participativo.

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação.

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgotos.

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor.

FROP – Fórum Regional do Orçamento Participativo.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul.

PDT – Partido Democrático Trabalhista.

PFL – Partido da Frente Liberal.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PPB – Partido Progressista Brasileiro.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro.

OP – Orçamento Participativo.

RS – Rio Grande do Sul.

SMAM – Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

UDH – Unidade de Desenvolvimento Humano.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – POSIÇÃO SOCIAL, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ESTUDO DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO.....	15
1.1 Associativismo e participação nos setores populares e médios.....	15
1.1.1 O conceito de posição social.....	16
1.2 O conceito de capital social.....	18
1.3 A relação entre posição social e capital social.....	20
1.4 O conceito de participação política.....	21
1.5 A relação entre capital social e participação política.....	24
1.6 A definição das fronteiras das redes sociais.....	26
CAPÍTULO 2 – RESGATE HISTÓRICO: FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO ESTUDADAS E ANÁLISE DA POSIÇÃO SOCIAL OCUPADA PELAS POPULAÇÕES MOBILIZADAS POR ELAS.....	27
2.1 A década de 1970: o (re)surgimento do associativismo de bairro de classe média.....	28
2.2 A década de 1990: o Orçamento Participativo e o aumento na fundação de associações de moradores.....	31
2.3 O perfil dos componentes das entidades.....	33
2.4 Caracterização dos problemas enfrentados pelas comunidades estudadas.....	33
CAPÍTULO 3 – ANÁLISES DE SITUAÇÕES CONCRETAS EM QUE O CAPITAL SOCIAL DEFINE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE DUAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES SITUADAS EM DISTINTAS POSIÇÕES SOCIAIS.....	37
3.1 A Pista de Eventos de Porto Alegre e a atuação da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino, 1994-1998.....	37
3.2 A construção da sede da ASSAMED e a participação do empresariado, 1992–1994.....	42
3.3 O medo da violência urbana e a iniciativa de policiamento ciclístico, 2001.....	45
3.4 Redes, capital social e participação política – o associativismo nos segmentos populares.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	64

INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades, sobretudo, socioeconômicas na sociedade brasileira ao longo do desenvolvimento do país e, por conseguinte, a extrema disparidade entre ricos e pobres, seguramente, se refletem nas mais diversas relações sociais. A participação política, em sentido amplo, dos diferentes grupos sociais, o acesso a recursos públicos e privados, a mediação entre sociedade e Estado, a implementação de espaços de decisão sobre investimentos públicos, as redes sociais de associativismo são, de uma forma ou outra, profundamente condicionadas pelas desigualdades. Ao mesmo tempo, ainda não estão satisfatoriamente esclarecidos os efeitos produzidos pelas disparidades sociais na participação política intermediada por associações constituídas por atores da sociedade civil. Esta pesquisa visa compreender, mais detalhadamente, a relação entre associativismo e desigualdade¹.

As implicações da elevada desigualdade social brasileira sobre o acesso à educação formal, a constituição da renda, as oportunidades de trabalho etc. e as suas distinções étnico-raciais, de gênero, de classe, entre outras, foram evidenciadas, e possíveis soluções propostas. Sabe-se, portanto, que desigualdades socioeconômicas atuam negativamente, restringindo o acesso a recursos sociais, a bens de infra-estrutura urbana, diminuindo possibilidades de mobilidade social, gerando violência urbana e, certamente, aumentando cada vez mais a distância entre ricos e pobres. Neste estudo objetiva-se analisar se e como as desigualdades definem os recursos associativos ancorados nas redes de relacionamento de associações de moradores (AMs). Esses recursos são aqui tomados em um dos seus múltiplos aspectos, qual seja: o capital social. Então, procura-se apreender se e como os capitais sociais conformam, por sua vez, a participação política, em especial, aquela configurada através de AMs.

Em termos resumidos, a intenção é estudar se e como desigualdades socioeconômicas definem os capitais sociais com os quais podem contar as populações mobilizadas por duas AMs de Porto Alegre (RS): uma situada numa vila popular e outra num bairro de classe média. Os capitais sociais – agregados de recursos reais ou potenciais vinculados à posse de uma rede de relações, a qual é relevante ao acesso de bens e serviços –, condicionariam, por sua vez, os espaços e canais procurados por esses grupos associativos para reivindicar e expressar suas demandas e propostas – ou seja, sua participação política.

¹ A maior parte dos trabalhos que enfocaram a relação entre associativismo e desigualdade tendeu a se concentrar na investigação dos efeitos da desigualdade sobre o processo de envolvimento associativo. Autores como Santos (2006), Reis (1996) e Ferreira (1999) enfatizaram que a extrema desigualdade produziria significativos obstáculos ao engajamento associativo das camadas da sociedade brasileira ocupantes das posições subalternas do espaço social.

Dentro dessa perspectiva, um estudo comparativo entre duas AMs que mobilizam populações em desigual posição social é justificado pela importância de evidenciar o papel das desigualdades sobre o associativismo e, por conseguinte, sobre a participação política. Nesse sentido, problematizam-se as potencialidades do associativismo, seja em reduzir as desigualdades socioeconômicas, seja em proporcionar espaços relevantes ao acesso de recursos sociais². Não se trata de negar os méritos próprios do associativismo, em particular, a sociabilidade daí decorrente, mas evidenciar que os capitais sociais, ao serem conformados pelas desigualdades, definem os modos de participação política para os distintos e desiguais setores sociais e, em consequência, as suas possibilidades de acessar recursos sociais reais ou potenciais. A comparação também possibilitaria compreender a dinâmica associativa configurada nas duas entidades de bairro estudadas, pois, ao lançar luz sobre a situação socioeconômica das duas populações e os meios e as relações que forjam (capital social relevante no acesso a recursos sociais), permitiria um melhor entendimento do tecido associativo, notadamente, as múltiplas formas de atuação política.

A escolha tanto da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus (ASSAMED) quanto da Associação dos Moradores da Vila Menino Deus (AMVMD) se justifica, pois representam populações residentes no mesmo bairro, mas que defendem interesses de camadas sociais distintas: a primeira, de classe média; a segunda, de classe popular. Por outras palavras, se mostram importantes para a comparação, uma vez que, ao serem representantes de indivíduos numa situação social, econômica e cultural diferenciada, possibilitam averiguar o impacto da posição social sobre o capital social de cada grupo e a influência dessa relação nas manifestações políticas e no acesso a recursos sociais.

Além disso, é preciso sublinhar que, inicialmente, o objetivo da pesquisa consistia em investigar apenas os processos e as dinâmicas associativas configuradas nos setores médios. Contudo, o próprio trabalho de campo colocou a possibilidade (e a necessidade) de comparar entidades que representavam e mobilizavam atores em desigual posição social. Por isso, apesar de uma possível crítica de que as associações escolhidas para comparação são casos extremos – especialmente a AMVMD –, um estudo comparativo da conformação dos capitais sociais desses grupos associativos e, por conseguinte, a investigação das suas formas de participação permitirá levantar relevantes questões para a compreensão da relação entre as desigualdades socioeconômicas imperantes na sociedade brasileira e os modos de

² Argumento semelhante é defendido por Kerstenetzky (2003). Em suas palavras, “se parece haver benefícios próprios de uma vida associativa particularmente rica, o potencial desta em reduzir desigualdades socioeconômicas e, por extensão, desigualdades políticas, não parece claro; um ataque direto à distribuição pode ser mais produtivo” (KERSTENETZKY, 2003, p. 132).

associativismo e engajamento, sobretudo, aqueles mediados através de associações de moradores de bairro.

É mister ressaltar que um estudo com apenas duas AMs, mesmo não proporcionando uma ampla generalização das hipóteses confirmadas ou refutadas, pode levantar questões relevantes e pouco estudadas para a compreensão do associativismo. Os seus achados empíricos não podem ser simplesmente invalidados devido à impossibilidade de generalização, uma vez que eles remetem a situações concretas encontradas no cotidiano das associações pesquisadas e que, portanto, poderiam também ser descobertas em outras conjunturas associativas. Já as formulações teóricas que fundamentam a análise, além de apresentarem uma coerência interna, devem ser consideradas relevantes para o entendimento do associativismo, pois, ao serem confrontadas (testadas) com a realidade social, conseguem explicá-la de forma apropriada. Esta confrontação também contribui para a sua maturação e utilização em futuras análises.

A partir do delineado acima, este estudo se propõe responder aos seguintes questionamentos: se existem, quais seriam as principais diferenças nos capitais sociais ancorados nas redes de relacionamento de populações em distinta e desigual posição social? De que forma a rede relacional, a partir dos agentes e instituições que a compõem, estrutura as formas de participação política? Como associações de bairro que mobilizam indivíduos em distinta posição social atuam nos espaços formais de acesso aos bens e serviços do Estado? Ao mesmo tempo, como estão configuradas as relações institucionais informais, ou seja, como se relacionam com os agentes estatais externamente aos espaços formais? É o Estado o espaço principal para expressar demandas e acessar recursos? Ou as demandas têm resposta na esfera privada? Enfim, se existem, quais são as diferenças entre as duas AMs pesquisadas?

De acordo com as questões acima referidas, podem-se formular as seguintes hipóteses gerais que nortearão a análise subsequente:

* A posição social da população mobilizada pelas associações de moradores define, profundamente, os seus capitais sociais. A partir de posições sociais marcadas por desigualdades socioeconômicas os capitais sociais (recursos associativos) configuram dinâmicas associativas distintas e desiguais.

* O capital social condiciona os modos de participação política. A associação localizada num bairro de classe média aciona o Estado através de relações informais ou acessa canais privados de atendimento às suas demandas. A associação de bairro popular acessa recursos sociais mediante espaços estatais formalizados e não acessa a esfera privada.

Os objetivos desta pesquisa são:

* Compreender as diferenças e semelhanças entre o associativismo de bairro de classe média e o de classe popular.

* Investigar se e como desigualdades socioeconômicas implicam em diferenças em termos dos capitais sociais aos quais os atores têm acesso, culminando em modos diferenciados de participação política.

* Averiguar as distintas lógicas de ação e acesso aos bens e serviços, seja através do Estado, seja na esfera privada.

* Apreender a participação de diferentes classes sociais tanto nos espaços formais quanto nos informais de acesso a recursos sociais.

A fim de contemplar os objetivos propostos e confirmar ou refutar as hipóteses de trabalho, tomou-se como recurso a metodologia comparativa. Isso possibilitou compreender as distinções e as similaridades que caracterizam o associativismo em duas AMs representantes de populações situadas em posição social dessemelhante. Conforme May (2004), estudos comparativos apresentam quatro potencialidades: a importação espelhada (descobrir as práticas do outro, tornamo-nos mais capazes de ver as nossas próprias práticas), a compreensão da diferença, o desenvolvimento teórico e a previsão (ao examinar as experiências e os seus efeitos, é possível prever o potencial das medidas de ação). No que concerne à compreensão da diferença, May afirma que “a análise comparativa é realizada para explicar e entender diferenças e semelhanças” (MAY, 2004, p. 240). Nessa perspectiva, este estudo lança luz sobre expressivas diferenças e semelhanças num contexto associativo marcado por fortes desigualdades socioeconômicas, implementação de espaços participativos e relações sociais clientelísticas. Além disso, contribuiu para evidenciar que desigualdades socioeconômicas definem intensamente os capitais sociais aos quais os atores têm acesso, definindo, assim, os seus modos de participação política.

A caracterização socioeconômica das AMs pesquisadas e das populações por elas representadas foi feita através de técnicas de pesquisa distintas para cada entidade. Para a associação de um bairro de classe média, as informações foram produzidas mediante análise de jornais, levantamento de notícias em sítios eletrônicos e breve inquirição por telefone com os integrantes da diretoria de 2007/2009. Para a associação de uma comunidade popular, as observações no Fórum Regional do Orçamento Participativo (FROP) e as entrevistas com os seus representantes forneceram os dados utilizados. Tais procedimentos resultaram numa lista de demandas e necessidades para cada comunidade e num desenho do perfil dos membros das AMs – o que foi construído através de dados sobre escolaridade e situação de emprego.

Também foi preparado um roteiro para a realização de entrevistas semi-estruturadas a

partir dos seguintes tópicos: se a associação já procurou ou foi procurada por meios de comunicação para opinar em relação a algum assunto; meios que a entidade tem buscado para solucionar os problemas e as demandas da comunidade; se mantém material impresso (jornais, folhetos etc.); se tem vínculo ou atividade com outra entidade; realização de trabalhos comunitários junto a outras instituições; participação no OP; os canais que procurava para solucionar os problemas antes do OP; suas relações dentro do OP; se a comunidade conseguiu demandas dentro do OP; participação em reuniões com secretarias do governo municipal e quem teve a iniciativa; relacionamentos com instituições privadas; relações com vereadores; melhorias ocorridas na comunidade e como foram alcançadas³.

Essas questões orientaram as entrevistas em profundidade com os integrantes da AMVMD e com a delegada da comunidade no OP, como também as observações no FROP, as quais contribuiriam para investigar a rede relacional externa à comunidade, a participação dos seus representantes no OP e suas articulações, conflitos e tensões decorrentes da vivência nesse espaço. No que diz respeito à ASSAMED, o roteiro de perguntas guiou a leitura e a análise das informações obtidas nos jornais. A fim de conseguir informações complementares sobre a ASSAMED, foi entrevistado o fundador e ex-diretor do Jornal OI! Menino Deus⁴. O Quadro 1, abaixo, sistematiza as fontes de informação utilizadas para cada associação de moradores (AM) pesquisada.

³ No anexo 1 encontra-se o roteiro das entrevistas.

⁴ Para esta entrevista foi elaborado um roteiro específico. Ver anexo 2.

(Quadro 1) Sistematização do trabalho de campo realizado entre fins de 2007 e início de 2009.

ASSAMED	AMVMD
1) Entrevista com o jornalista Geraldo Canali.	1) Entrevista com a ex-presidenta da associação.
2) Quatro entrevistas com integrantes da diretoria via telefone sobre atributos socioeconômicos.	2) Entrevista com a então presidenta da associação - 2008.
3) Análise de 91 edições do Jornal Oi! Menino Deus, entre 1985 e 1995.	3) Entrevista com a então delegada da comunidade no FROP Região Centro - 2008.
4) Análise de 37 edições do Jornal da ASSAMED, entre 1991 e 2003.	4) Dezesesseis observações de campo no FROP Região Centro, entre 2007 e 2008.
5) Análise de quatro edições do Jornal Zero Hora Praia de Belas/Menino Deus de 1992.	5) Análise Jornal Região Centro, n. 2, junho de 2006.
6) Análise de duas reportagens sobre a Pista de Eventos em três edições do Jornal Zero Hora de janeiro de 1998.	6) Acompanhamento das obras públicas definidas no OP entre 1990 e 2009 no sítio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
7) Material sobre a Pista de Eventos fornecido pela ONG CIDADE.	
8) Inventário de notícias sobre a ASSAMED vinculadas na Internet, entre 2004 e 2008.	

Fonte: elaboração do autor.

Após a sistematização do conteúdo das entrevistas e dos textos dos jornais, foram definidos os exemplos de ações e manifestações políticas, a fim de analisá-los por meio da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS), a qual foi operacionalizada através do software UCINET 6 (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002). Depois de organizada a lista dos indivíduos atuantes em cada exemplo, os respectivos sociogramas foram desenhados. Isso permitiu sistematizar e visualizar as informações observadas nos documentos e nas entrevistas, evidenciando as principais ligações das AMs. A ARS, ao enfatizar as relações entre os indivíduos, oferece uma explicação para os “fatos sociais” que se contrapõe às tradições atributivas (substancialistas), as quais buscam nas características intrínsecas aos indivíduos (sexo, idade, escolaridade etc.) a elucidação dos fenômenos sociais (MARQUES, 1999; 2006). Neste trabalho, todavia, os atributos não foram deixados de lado, mas se procurou entender que a sua importância depende do tipo de relação configurada no mundo

social e, ao mesmo tempo, que os atributos também definem as relações sociais. É nesse sentido que a partir dos atributos socioeconômicos foi delineada a posição social dos grupos sociais estudados, buscando compreender como os capitais sociais ancorados nas suas redes de relações definiriam as suas formas de expressão política.

O primeiro capítulo se estrutura da seguinte forma: revisão da literatura e construção do referencial teórico em três seções, a partir das noções de posição social, capital social e participação política; argumentação sobre as possíveis associações entre esses conceitos; e definição dos limites das redes sociais a serem exploradas. No capítulo segundo, localizam-se as entidades dentro da cidade de Porto Alegre; esboça-se um breve histórico de cada associação, buscando contextualizar a sua fundação no quadro mais amplo dos movimentos sociais brasileiros; se desenha o perfil dos seus componentes; e, por fim, define-se socioeconomicamente cada uma das populações. No terceiro capítulo, são analisadas as redes de relações configuradas na atuação de cada uma das AMs pesquisadas: quanto à ASSAMED, são estudados três eventos de ações e mobilizações de expressiva relevância; no que se refere à AMVMD, é elaborada a rede relacional existente no momento da pesquisa de campo. Ao final de cada seção de análise, são apresentados quadros que sintetizam as relações entre capital social e participação política que então se configuraram.

CAPÍTULO 1

POSIÇÃO SOCIAL, CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ESTUDO DO ASSOCIATIVISMO DE BAIRRO

Neste capítulo, busca-se apresentar algumas contribuições da literatura em Ciências Sociais que, de uma forma ou outra, foram relevantes para levar a cabo este trabalho; e, concomitantemente, constrói-se o referencial teórico aqui utilizado e as relações possíveis entre as noções de posição social, capital social e participação política. Sobre associativismo e participação de grupos populares apresenta-se o estudo de Abers (2000), e, a respeito da emergência e atuação das associações de bairro de classe média, o trabalho de Boschi (1987; 1990). Em seguida, discute-se a noção de posição social em Bourdieu (2002), construindo suas dimensões e seus indicadores. No que tange ao conceito de capital social, são discutidas as elaborações de Bourdieu (1999) e Coleman, por um lado, e os estudos de Putnam, por outro. A partir da definição teórica dada por Bourdieu, apresentam-se as dimensões e os indicadores de capital social elaborados por Marteleto e Silva (2004). A seguir, são debatidas as apropriações de Dias (2000), Kerbauy (2004) e Ferreira (2000) sobre participação política, para, então, elaborar a definição aqui utilizada, as suas dimensões e os seus indicadores. Por fim, aborda-se o problema da definição das fronteiras das redes sociais nos estudos de ARS.

1.1 Associativismo e participação nos setores populares e médios

Abers (2000) analisa como ocorreu o “empowerment” cívico nas camadas populares da cidade de Porto Alegre. Para tanto, estuda a gênese da organização cívica a partir da ação estatal, evidenciando a importância dos agentes e instituições do Estado nesse processo. Contrapõe-se, então, aos trabalhos que argumentam a existência de instituições democráticas fortes apenas quando há fortes grupos cívicos para forçar o Estado a representá-los⁵. A autora defende que o fortalecimento das organizações cívicas – do associativismo – pode acontecer em comunidades marcadas por tradições clientelistas, mediante a ação do Estado na construção de espaços que favoreçam a organização da sociedade civil. Abers apresenta, então, evidências empíricas das inúmeras mudanças por que passaram os grupos populares ao ingressar no OP. Em síntese, ressalta: 1) o surgimento de novas organizações de bairro em resposta ao OP, em regiões caracterizadas por associações fechadas e fracas que funcionavam

⁵ “Em estudo recente e bem conhecido, por exemplo, Putnam (1993) argumenta que a principal explicação para a emergência de instituições democráticas no Norte da Itália é seu longo passado de organização cívica, um legado de quase mil anos” (ABERS, 2000, p. 6).

como mecanismos de políticas clientelistas; 2) estabelecendo a participação de grupos antes relativamente excluídos e promovendo o “capital social”, ou laços de confiança e reciprocidade; 3) assim, esses grupos populares não só passaram a agir coletivamente em busca de investimentos em seus bairros, mas também aprenderam a trabalhar em cooperação com outros bairros em assuntos mais amplos; 4) o OP seria um “contexto favorável” para a participação política das camadas desfavorecidas, visto que lhes oferece um contexto fácil e frutífero para participar da vida pública da cidade. Nessa perspectiva, argumenta-se que a política pública de OP se tornou o principal espaço dos grupos populares porto-alegrenses para acessar aos bens e serviços fornecidos pelo Estado.

No que respeita às classes médias, os trabalhos de Boschi (1987; 1990) se inserem na multiplicidade de abordagens aos novos movimentos sociais que buscaram interpretar a emergência de novos atores coletivos nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Para tanto, estuda a constituição de associações de bairro de classe média e alta, no estado do Rio de Janeiro. Nesses anos o país sofre profundas mudanças estruturais, entre elas a complexificação da estrutura de classes destacando-se o surgimento de uma nova classe média, vinculada a dois processos intermitentes. “De um lado, um fluxo de mobilidade ascendente para o âmbito de profissões técnicas assalariadas; de outro, uma tendência ao declínio de alguns segmentos das antigas classes médias urbanas” (BOSCHI, 1987, p. 62). Argumenta, então, que o surgimento de associações de bairro de classe média e alta não significava apenas uma oposição ao regime autoritário, mas representava a possibilidade política de construir um espaço institucional alternativo tanto para o acesso ao Estado como para a realização de princípios democráticos. O associativismo de bairro tornou-se necessário devido às constantes ameaças à liberdade individual, como uma forma de redefinir as solidariedades ao nível básico das relações sociais. Em resumo, seria o veículo mais apropriado para enfrentar os problemas cotidianos mais imediatos, ao mesmo tempo em que configuraria um lócus de convívio democrático e de produção de identidades. Tais argumentações sobre o papel das classes médias a partir dos anos 1970/1980 mostram, sobretudo, a relevância dessa camada social no novo quadro estrutural da sociedade.

1.1.1 O conceito de posição social

Nesta pesquisa, pretende-se comparar os padrões e as dinâmicas associativas de populações caracterizadas por condições sociais, econômicas e culturais diferentes – enfim, de setores sociais distintas. Contudo, ao tratarmos da noção de classe social algumas

considerações são relevantes tanto à sua construção teórica quanto à sua aplicabilidade empírica. A ruptura proposta por Bourdieu (2002) com a tradição marxista apresenta os principais elementos que embasam a construção da noção de posição social a ser utilizada neste trabalho, pois afirma a necessidade de romper

com a tendência de privilegiar as substâncias – neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir – em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado (BOURDIEU, 2002, p. 133).

Perseguindo tal objetivo, o autor esboça uma concepção teórica que compreende o mundo como um espaço (composto de múltiplas dimensões) constituído sob a base de princípios de diferenciação ou de distribuição formados pelas propriedades atuantes em determinado universo social, as quais conferem, ao detentor, força ou poder neste universo. Destarte,

os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível (BOURDIEU, 2002, p. 134).

Com base nessas premissas, compreendem-se os grupos sociais estudados como ocupantes de diferentes posições sociais. Estas são definidas pelo analista a partir das condições de vida de cada grupo, as quais são determinadas por meio de fatores sociais, econômicos e culturais. Não se trata aqui de abarcar a existência de uma consciência de classe ou mesmo uma “classe em si” ou “classe para si”, mas trabalhar a condição de classe, ou melhor, a posição social como conceito descritivo, construído pelo cientista, almejando a contextualização socioeconômica e cultural das associações de moradores estudadas, porquanto se objetiva a comparação entre os objetos de análise. Neste trabalho, pretende-se caracterizar a posição social de classe média e a posição social de classe popular. Para tanto, o conceito apresenta duas dimensões: socioeconômica e demandas/necessidades de bens e serviços públicos/infra-estrutura urbana. Em relação aos aspectos socioeconômicos, os indicadores são: escolaridade e situação de emprego. A segunda dimensão é definida por indicadores de necessidades e demandas almejadas por cada entidade para as populações que representam. Além desses indicadores de posição social, utilizam-se os dados de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fornecidos pelo Atlas de Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre (PREFEITURA/SECRETARIA DE

COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL et. al., 2008), para melhor caracterizar o bairro Menino Deus e os segmentos populacionais ali residentes. Para fins teóricos, ressalta-se que a posição social dos grupos associativos tende a se relacionar de diferentes modos com as dimensões de capital social. Essas relações serão discutidas abaixo.

1.2 O conceito de capital social

Devido à centralidade do conceito de capital social nesta pesquisa, é mister lançar luz sobre sua utilização nas ciências sociais. Trata-se de apresentar, resumidamente, as duas principais vertentes que o utilizam teórica e empiricamente. Nos anos 1990, os trabalhos de Putnam definiram capital social como “a característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM apud PAVEZ, 2005, p.18). O capital social, dentro de uma perspectiva sociocultural, assume a idéia de “compromisso cívico” cujo estoque de capital tende a ser cumulativo e a reforçar-se mutuamente. Em síntese, a existência de uma sociedade civil ativa e vibrante, ou seja, que tenha grande reserva de capital social, é condição *sine qua non* para o funcionamento de instituições democráticas. Ademais, um Estado forte impede a edificação de sociedades ativas e independentes, bem como a atuação do Estado na constituição de instituições formais pode gerar efeitos perversos, por exemplo, eliminando uma propensão individual de engajamento em movimentos sociais⁶ (RENNÓ, 2003).

De uma perspectiva distinta, Bourdieu e, em outro momento, Coleman definem, grosso modo, o capital social num sentido “estrutural”, ressaltando a importância dos vínculos para acessar recursos sociais ancorados numa determinada rede relacional. Pavez considera que, para Bourdieu e Coleman, “a coesão intragrupal garante um maior controle e respeito às normas por parte dos indivíduos do grupo, sendo assim, as redes sociais densas são um recurso, um capital social dos atores” (PAVEZ, 2005, p.17). Neste trabalho, adota-se a concepção mais “estrutural” de capital social, proposta por Coleman e, especialmente, Bourdieu. Segundo Portes, “a análise de Bourdieu pode ser considerada como a que apresenta maior refinamento teórico entre aqueles que introduziram o termo no discurso sociológico contemporâneo” (PORTES, 2000, p.135).

Assim, para Bourdieu, “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de

⁶ Os trabalhos de Abers (2000) e Pavez (2005) problematizam as concepções de Putnam e evidenciam empiricamente a capacidade do Estado, seja em propiciar o “empowerment” cívico das camadas populares, seja em ampliar a rede relacional de grupos sociais segregados.

interconhecimento e de inter-reconhecimento” (BOURDIEU, 1999, p. 67). Por outros termos, devido à participação dos indivíduos em grupos sociais, ou seja, numa rede durável de relações, eles recebem benefícios. Na sua ótica, os lucros propiciados pelo pertencimento a um grupo estão na base da solidariedade que os torna possível, contudo, não significa que eles sejam conscientemente perseguidos como tais. Nessa perspectiva, rede de relações seria

o produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais e simbólicos. Em outras palavras, a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco, em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que impliquem obrigações duráveis, subjetivamente sentidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, de amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos) (BOURDIEU, 1999, p. 68).

No que concerne ao volume do capital social que determinado indivíduo pode possuir, o autor argumenta que ele depende, então, da extensão da rede de relações que pode ser efetivamente mobilizada e do volume do capital (seja econômico, institucional, cultural, simbólico etc.) que possuem cada um dos membros aos quais se está ligado. Assim, a noção de capital social a ser empregada diz respeito aos vínculos que são importantes para a obtenção de recursos sociais disponibilizados numa determinada rede de relações, isto é, não é qualquer relação que é vista como capital, mas as que são úteis e aptas a proporcionar ganhos materiais ou imateriais. Portes (2000) também enfatiza que a definição dada por Bourdieu ressalta os dois aspectos que conformariam o capital social: em primeiro lugar, a própria relação social que permite aos agentes sociais requerer o acesso aos recursos possuídos pelos membros da rede de relações e, em segundo lugar, a quantidade e a qualidade apresentadas por esses recursos.

Na tentativa de apreender os capitais sociais de grupos associativos marcados por desigualdades socioeconômicas, é mister levar em conta a sua natureza multidimensional. Conforme Marteleto e Silva (2004), há o capital social de ligação, cujas relações de base conformam redes entre indivíduos semelhantes em se tratando de suas características demográficas, ou seja, na composição da rede relacional estão os vínculos entre iguais. Isso significa que as redes da comunidade não extrapolam suas fronteiras. Contudo, a sua ruptura seria relevante para a construção de metas comuns e confiança entre seus integrantes. Nesse sentido, capital social de ponte se refere à idéia de ampliação das redes com o intuito de criar vínculos com outras comunidades semelhantes, ampliando o alcance de suas ações. Não obstante, a ampliação da rede de relacionamentos, no sentido de congregar indivíduos de igual

posição social, representa a manutenção de relações horizontais e conexões de igual importância ao acesso de recursos, ou seja, a rede se amplia em tamanho (o que é significativo para a participação dos grupos em políticas públicas, mediante a mobilização de grandes populações), mas não corresponde, necessariamente, à efetivação de ligações com agentes sociais significativos ao acesso de bens e serviços. Finalmente, a noção de capital social de conexão, cuja expressão ocorre através de relações com indivíduos em posição de mando/autoridade, ou, por outras palavras, os vínculos de conexão acessam indivíduos importantes – do ponto de vista de possuírem determinados capitais sociais, culturais, econômicos e institucionais relevantes às comunidades associativas na realização de suas demandas. Essas três dimensões da noção de capital social estão relacionadas com diferentes modos de participação política, como veremos adiante. O Quadro 2, a seguir, sintetiza as três dimensões de capital social aqui utilizadas e os seus respectivos indicadores.

(Quadro 2) Dimensões de capital social e seus indicadores.

Dimensão	Indicadores
Capital social de ligação	Relações sociais entre iguais que têm as mesmas características socioeconômicas e que convivem na mesma comunidade/bairro.
Capital social de ponte	Relações sociais entre iguais que têm aspectos socioeconômicos semelhantes e que vivem em comunidades/bairros diferentes.
Capital social de conexão	Relações sociais com indivíduos em posição de mando/autoridade.

Fonte: elaboração própria, a partir das considerações de Marteleto e Silva (2004).

1.3 A relação entre posição social e capital social

No que tange à relação entre posição social e capital social, tudo se passa como se os diferentes tipos de capital social estivessem distribuídos no espaço social, conforme as diferenças/desigualdades socioeconômicas. A posição social da população mobilizada pelas associações, por sua vez, tenderia, então, a definir a apropriação dos capitais sociais de ligação, ponte e conexão. O Quadro 3, a seguir, sintetiza as argumentações que serão construídas nos próximos dois parágrafos.

(Quadro 3) A relação teórico-hipotética entre posição social e capital social.

	Capital social de ligação	Capital social de ponte	Capital social de conexão
Posição social de classe média	preferencial	preferencial	preferencial
Posição social de classe popular	preferencial	preferencial	não preferencial

Fonte: elaboração própria.

Assim, o associativismo configurado nos setores médios possibilitaria a utilização do capital social de ligação (entre “iguais”), muitas vezes o transformando em capital de conexão, visto que os “semelhantes” de classe média podem ocupar posições de autoridade – por se tratarem, amiúde, de vereadores, secretários municipais, empresários, entre outros. O capital de ligação também se mostraria relevante porque possibilita relações com agentes empresariais (em geral, pequenos empresários no caso das camadas médias) que podem oferecer bens e serviços à comunidade na qual residem. Nos setores médios, o capital de ponte, ao possibilitar laços com indivíduos externos ao bairro, numa posição social semelhante, poderia se referir tanto à vinculação com outras associações de bairro de classe média quanto à ligação com atores empresariais externos à comunidade.

O associativismo popular apresentaria, preferencialmente, uma rede relacional configurada a partir dos capitais de ligação e ponte como forma de expressão de demandas e acesso a recursos. Na maioria das vezes, os vínculos seriam acionados em espaços de políticas públicas, tais como o OP. O capital de conexão, com indivíduos em posição de mando, não se mostraria preferencial, devido, sobretudo, a três fatores: a implantação de canais públicos de participação, que tendem a diminuir a capacidade de atuação dos vereadores em acessar recursos públicos; a inexistência de vínculos duradouros e recíprocos com agentes em posição de autoridade; e a presença de uma cultura paternalista, a qual vincula os setores pobres a indivíduos em posição de mando, em geral, apenas em períodos específicos, geralmente, eleições – o que traz promessas ou pequenos ganhos que mais reproduzem as desigualdades do que as reduzem, não podendo ser considerado um recurso.

1.4 O conceito de participação política

As discussões em torno do conceito de participação política não são novas nas Ciências Sociais. Nesta seção, serão apresentadas três possíveis definições encontradas em trabalhos empíricos realizados a fim de: 1) compreender OP de Porto Alegre a partir do

dilema entre representação e participação política proposto pela teoria democrática (DIAS, 2000); 2) entender a participação eleitoral (enquanto forma de participação política) e sua relação com a participação associativa (KERBAUY, 2004); 3) pesquisar as possíveis associações entre participação política e comportamento eleitoral (FERREIRA, 2000). Por fim, será definido o conceito de participação política utilizado nesta pesquisa e, conseqüentemente, delimitadas e explicitadas as suas dimensões e os respectivos indicadores.

Segundo Dias (2000), os debates sobre participação política e a idéia de soberania popular remontam à Grécia antiga. Uma longa trajetória foi percorrida até o século XVIII, quando Rousseau retoma o ideal republicano de soberania popular. No século XIX, John Stuart Mill identifica a participação política como caminho para o desenvolvimento moral dos indivíduos, baseando-se na tradição aristotélica. Não obstante, ao contrário de Rousseau, Mill não rejeita a representação política. Para Dias, “esses são os principais pilares da tradição onde se situam os defensores contemporâneos de uma democracia participativa” (DIAS, 2000, p. 54), especialmente, autores como Pateman, Barber, Marquand. A partir dessa perspectiva sobre democracia e participação, Dias afirma que,

a participação política pode ser definida resumidamente como o mecanismo que permite ao cidadão comum incorporar-se aos processos de formulação, decisão e implementação de políticas públicas. Em uma visão contemporânea, ou seja, inserida no universo da democracia representativa, a participação traduz-se pela capacidade dos indivíduos de influenciar as decisões políticas que são tomadas por seus representantes no âmbito do Estado. Tal influência pode ser medida em uma escala que vai desde a pressão política que se processa através de protestos da opinião pública até a incorporação de demandas populares pela via de canais institucionalizados de comunicação entre o Estado e a Sociedade Civil (DIAS, 2000, p. 53).

Apesar do trabalho de Kerbauy (2004) tratar, mais especificamente, da participação eleitoral, levanta considerações importantes sobre participação política em geral. Para a autora, nos anos 1990 se inicia, no Brasil, um intenso debate acerca da participação e da sua institucionalização, projeto esse que visava à ampliação do espaço público, discussão e deliberação sobre políticas públicas, abertura do processo decisório e maior controle social. Contudo, Kerbauy afirma que a participação política, seja nas suas características mais convencionais (votar, filiação partidária, interesse etc.), seja nos seus aspectos não convencionais (protesto, greves etc.) não foram aprofundados pelos estudiosos brasileiros. Como parece indicar a autora, a participação política foi diretamente associada aos vários modos de participação social, em especial, os conselhos.

Ferreira (2000), em pesquisa sobre comportamento eleitoral, levanta considerações relevantes para a compreensão do tema da participação política. Fundamentado em outros

pesquisadores, afirma que a participação não se restringe a apenas a um formato único de atuação eleitoral, mas significaria/representaria um fenômeno multidimensional, podendo assumir múltiplas dimensões, tais como o engajamento no processo eleitoral e a inserção em associações de moradores e de cunho religioso. Dessa forma, levando em consideração as críticas dirigidas às definições muito restritas, ressalta a necessidade de apreender o fenômeno da participação de forma mais abrangente.

As três contribuições acima debatidas se mostram relevantes para a compreensão da participação política. Em primeiro lugar, por sublinhá-la enquanto um mecanismo que permitiria ao cidadão participar e influenciar as decisões do Estado, seja através de protestos, seja através de participação institucionalizada. Em segundo lugar, por ressaltar os aspectos convencionais e os não convencionais de participação política, enfatizando que ela não se resume à atuação em espaços como fóruns e conselhos. Em terceiro lugar, por lançar luz sobre o ser caráter multidimensional, enfatizando a necessidade de apreender a participação de modo mais abrangente.

A partir dessas contribuições, o presente estudo compreende participação política como as ações e/ou estratégias desenvolvidas pelos atores sociais a fim de conseguir recursos públicos e sociais, os quais poderiam ser buscados tanto junto ao Estado quanto junto a atores, organizações e instituições da sociedade civil – por exemplo, empresários, ONGs –, visando solucionar total ou parcialmente suas necessidades e demandas. Assim, por um lado, o conceito aqui definido se apresenta um tanto restrito, pois ressalta, sobretudo, as ações e manifestações voltadas ao acesso de recursos; mas, por outro, o amplia, ao considerar que essas ações e atuações políticas podem envolver não somente atores e/ou instituições do campo político-administrativo, como também agentes e organizações externos a tal campo. Nesta perspectiva, por participação política se entendem tanto as ações e/ou estratégias desenvolvidas pelos atores sociais nos espaços institucionalmente disponíveis para a expressão pública de demandas e propostas quanto às diversas formas não-institucionais de reivindicação pública de demandas e propostas (abaixo-assinados, manifestações, denúncias nos meios de comunicação etc.). Assim, o associativismo de bairro seria uma forma de organização social voltada, em grande medida, à participação política, utilizando tanto os espaços da política institucional (OP, Conselhos, Câmara de Vereadores) quanto os espaços não institucionais (mobilizações das relações etc.).

Para esta pesquisa, a participação política subdivide-se em três campos, cuja possibilidade de utilização pelos diferentes atores é diretamente dependente dos seus recursos organizativos. Estes campos são: (1) os *espaços institucionais formais*, abarcando os canais

publicizados de acesso ao Estado – OP, conselhos, políticas públicas etc.;⁷ (2) as *relações institucionais informais*, exemplificadas pelo contato direto com vereadores, secretários municipais, prefeito e funcionários públicos municipais; (3) a *mobilização das relações sociais*, definida pelo contato com empresas/empresários, atores sociais individuais e coletivos, movimentos da sociedade civil e organizações não governamentais (ONGs).

1.5 A relação entre capital social e participação política

Se os capitais sociais definem as formas de participação política, cada dimensão dos primeiros deve estar relacionada com determinados campos da participação política. Assim, no que diz respeito ao capital de ligação, no qual a rede seria formada por iguais, a participação ocorreria, preferencialmente, em espaços institucionais formais, mediante o envolvimento da população mobilizada pelas associações de bairros e vilas. O capital social de ligação seria tido como não provável ou não preferencial em se tratando de relações institucionais informais, pois através dessas são acionados vínculos com agentes em posição de mando (vereadores, secretários, funcionários públicos etc.), o que corresponderia ao capital de conexão. Nesse sentido, vínculos de conexão não seriam preferenciais nos espaços institucionais formais de participação, visto que nesses canais os relacionamentos se estruturariam, em grande medida, entre iguais como forma de acessar recursos públicos, eliminando, em certa medida, contatos informais com vereadores, secretários etc.

A participação nos espaços institucionais formais tenderia a ocorrer através do capital social de ponte, uma vez que ele pode vincular os agentes de uma associação a agentes externos – mas de semelhante posição social – para juntos acessarem aos recursos ali disponíveis. De modo semelhante, quando associado à participação em espaços institucionais informais, o capital social de ponte tende a expandir as redes sociais, pois cria laços com outras comunidades semelhantes; isso ampliaria o potencial alcance de suas ações na medida em que a outra comunidade mobilizada apresente vínculos com pessoas de mando. Porém, a posição social da população mobilizada tende a condicionar as relações entre os indivíduos, o que pode significar que estender a rede relacional não seja suficiente à expressão política de demandas e acesso a recursos. Dessa forma, uma associação situada numa vila popular, ao

⁷ Nesta pesquisa o OP aparecerá como um dos principais mecanismos formais para a atuação da sociedade civil junto ao Estado. Ele será tratado, então, como um espaço formal de democracia participativa, mas não como um canal já institucionalizado legalmente, no sentido jurídico do termo, de participação no sistema político local. Por isso, prefere-se a denominação de espaço formal em detrimento da noção de espaço juridicamente institucionalizado. Para uma discussão coerente e coesa sobre a “institucionalização legal da participação” no OP porto-alegrense ver Fedozzi (2001), pp. 176-183.

estender sua rede de relações a outras entidades populares, não necessariamente consegue a resolução de suas necessidades. Já, a participação política através de espaços institucionais informais tenderia a ocorrer, sobretudo, através do capital social de conexão, visto que indivíduos que ocupam posições sociais de autoridades podem acessar determinados recursos públicos ou sociais e, por conseguinte, distribuí-los às organizações e atores societários.

No que concerne à participação política efetivada através da mobilização das relações sociais – empresas/empresários, movimentos da sociedade civil e organizações não governamentais (ONGs) – infere-se que seja preferencial entre os vínculos configurados tanto por meio do capital social de ponte quanto pelo capital social de conexão. Com relação ao primeiro, porque a ampliação da rede relacional, especialmente entre associações de bairro de classe média, pode fornecer laços relevantes ao acesso de determinados bens e serviços, os quais não seriam possíveis caso a rede fosse restrita ao grupo. A respeito do segundo, pode-se argüir que, na maioria das vezes, a vinculação com indivíduos em posição de autoridade possibilita a intermediação de recursos adicionais para a população mobilizada, uma vez que indivíduos em posição de mando não se restringem aos agentes estatais (vereadores, secretários, etc.). Agentes empresariais, líderes de movimentos sociais e funcionários de ONGs podem também – e muitas vezes em maior volume – contar com determinados recursos relevantes às populações mobilizadas pelas associações e/ou assumir a função de mediadores entre demandantes e governantes. Por fim, a mobilização de relações sociais entre iguais (capital social de ligação) tenderia a se apresentar não significativa ao acesso de recursos para os setores populares, visto que as relações ocorrem entre indivíduos em posição social de inferioridade e que, muito provavelmente, não ocupem posições de autoridade. Contudo, no caso dos setores médios, seus “iguais” tendem a ocupar posições de poder e, assim, podem ser mediadores importantes para a conquista das demandas desses setores.

O Quadro 4, a seguir, sistematiza as argumentações elaboradas nos três parágrafos acima. Assim, é possível visualizar quais seriam as relações teórico-hipotéticas entre as três dimensões de capital social e as de participação política que poderiam ser preferenciais ou não na conformação das ações tanto das entidades de bairro dos setores médios quanto das associações de vilas populares.

(Quadro 4) Relações teórico-hipotéticas entre capital social e participação política.

	Espaços institucionais formais	Espaços institucionais informais	Mobilização das relações sociais
Capital social de ligação	preferencial	não preferencial	(não) preferencial*
Capital social de ponte	preferencial	preferencial	preferencial
Capital social de conexão	não preferencial	preferencial	preferencial

Fonte: elaboração própria.

* Como dito no penúltimo parágrafo, entre os setores populares a atuação política por meio da mobilização das relações sociais seria agenciada através do capital social ligação e tenderia a não se mostrar preferencial, porque indivíduos em posição de inferioridade social têm poucas possibilidades de ocupar posições sociais de mando.

1.6 A definição das fronteiras das redes sociais

A definição das fronteiras das redes sociais constitui-se num dos problemas básicos enfrentados pela ARS. Nesta pesquisa, a delimitação do que é interno e do que é externo à comunidade é de fundamental importância, pois incide diretamente na investigação da presença dos tipos de capital social nas redes sociais – isto é, de que modo se configuram o capital social de ligação, de ponte e de conexão nas relações sociais. Tendo isso em vista, define-se a comunidade como a população do bairro abrangida/defendida/representada pela AM. Desse modo, as relações com indivíduos do bairro seriam de ligação; os laços com membros de outras entidades representantes de populações em semelhante posição social seriam de ponte; e os vínculos com autoridades, personalidades, jornalistas e outros "poderosos" externos ao bairro seriam de conexão.

Além disso, os capitais sociais de ligação e de ponte podem, em alguns casos, “transformar-se” em capital de conexão. Isso porque há indivíduos internos ou externos à comunidade e em semelhante posição social que ocupam posições de autoridade. Como já salientamos, essa “transformação” tende a acontecer, sobretudo, entre os atores sociais atuantes no associativismo de classe média. É de se ressaltar que a conjuntura político-institucional da cidade, por exemplo, tende a definir se em determinado momento este ou aquele indivíduo ocupa ou não posição de autoridade. Isso pode acontecer, principalmente, com vereadores, secretários municipais, dirigentes de partidos, coordenadores de políticas públicas e funcionários públicos de cargo em comissão. Até mesmo a concretização de espaços de democracia participativa (OP, Conselhos Gestores de Políticas Públicas – CGPP) pode, em certa medida, redefinir o capital social dos indivíduos diretamente envolvidos na sua implantação e execução.

CAPÍTULO 2

RESGATE HISTÓRICO: FUNDAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO ESTUDADAS E ANÁLISE DA POSIÇÃO SOCIAL OCUPADA PELAS POPULAÇÕES MOBILIZADAS POR ELAS

As duas AMs pesquisadas se localizam no bairro Menino Deus, o qual se situa próximo ao centro da cidade, estando integrado à região centro do OP de Porto Alegre. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre (PREFEITURA/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL et. al., 2008), o bairro possui IDH superior a 0,9. Tendo como referência dados do ano 2000, a Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) *Praia de Belas 2/Menino Deus 2* possui IDH de 0,958 e a UDH *Menino Deus 1/Azenha 1/Praia de Belas 1*, de 0,954. Apesar disso, em sua composição sócio-espacial, encontram-se várias pequenas vilas populares com baixos indicadores sócio-econômicos e precárias condições de urbanização, entre as quais a Vila Menino Deus. Entre as comunidades populares que integram o Menino Deus, o Atlas fornece o IDH, desagregado do restante do bairro, da UDH *Menino Deus-Condôminio Lupicínio Rodrigues*, que é de 0,683. Essa elevada diferença nos números de IDH evidencia a profunda desigualdade social existente entre as diferentes áreas e populações que integram o bairro. Na Figura 1, a seguir, é possível visualizar a fotografia aérea da região central de Porto Alegre e a localização das duas entidades pesquisadas.



(Figura 1) Fotografia aérea da região central da cidade de Porto Alegre.
Fonte: Google Earth.

2.1 A década de 1970: o (re)surgimento do associativismo de bairro de classe média

Na década de 1970, o Brasil sofre profundas mudanças estruturais, sendo possível verificar a complexificação da estrutura de classes. Destaca-se o surgimento de uma nova classe média, devido, por um lado, a uma tendência ao declínio de alguns setores das antigas classes médias urbanas e, por outro, a um fluxo de mobilidade ascendente para o âmbito de profissões técnicas assalariadas (BOSCHI, 1987). No mesmo período, ocorreu o que é comumente denominado de novo associativismo civil. Para Avritzer (1997), esse fenômeno seria marcado por quatro aspectos: 1) redução significativa da influência da vida sindical nos modos de ação coletiva, o que não se apresenta da mesma forma em todos os países – por exemplo, no Brasil, o movimento sindical passa a corresponder a um dos possíveis modos de ação coletiva; 2) transformação no padrão da ação coletiva, a qual passa a estar ligada à construção de solidariedades locais, dentro de uma idéia de comunidade autônoma e solidária; 3) ruptura com o padrão homogeneizante de ação coletiva, ou seja, pluralização da ação social – destacando-se o surgimento da classe média enquanto ator coletivo na esfera pública; 4) aparecimento de associações temáticas (direitos humanos, ecologia, gênero), o que indica a pluralização dos temas articuladores da ação coletiva.

Nesse contexto de profundas transformações histórico-estruturais (sociais e econômicas) ocorridas na sociedade brasileira, dá-se a fundação da associação dos moradores do bairro Menino Deus⁸, um dos mais antigos e tradicionais da cidade. A iniciativa surgiu em decorrência da preocupação de alguns moradores, que freqüentavam a Praça Estado de Israel, com os problemas de infra-estrutura do bairro – por exemplo, as más condições da iluminação, dos bueiros, das sarjetas e dos esgotos. Entre as primeiras ações, reivindicaram, junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), obras de revitalização na referida praça. Por ocasião da sua reinauguração, compareceram autoridades como o então prefeito nomeado Socias Villela e o embaixador de Israel. Após essa primeira exitosa ação, tomou posse outra diretoria. Contudo, até 1985 a associação esteve praticamente desativada, reiniciando suas atividades comunitárias a partir do incentivo do recém criado jornal de bairro Oi! Menino Deus. Ou, nas palavras de um entrevistado,

até 1985, a informação que eu tenho, porque foi a partir de 1985 que eu passei a me envolver mais diretamente com o bairro. (...) Quando eu criei o jornal, eu procurei, só tinha a notícia da existência de uma associação, mas tive dificuldade em identificar. Acabei identificando uma pessoa que eu me lembro que é o professor Adão, que era, formalmente, o presidente da associação. Já há um bom tempo que não havia eleição na associação, porque a associação estava desativada. Então, a

⁸ Fundada em outubro de 1975, sob o nome de Sociedade Amigos e Moradores do Menino Deus (SAMED).

partir do jornal e com o contato com o professor Adão, que também não se mostrou muito interessado em dar seqüência a associação. A professora Glacy. (...) Que também era uma professora ali do bairro e resolveu se engajar, então, num movimento, que foi liderado pelo jornal para reativar a associação dos moradores do bairro, ASSAMED. (Geraldo Canali).

Assim, a partir de 1986⁹, a associação passou a realizar inúmeras ações em conjunto com o jornal OI! e com o poder público municipal. A realização de atividades como o “Sábado de faxina no bairro” e o “Dia de arborização do bairro” marcam o recomeço das atividades comunitárias. O projeto “Fala Vizinho” é outro exemplo de ação proposta pela entidade, com a participação do OI!, no intuito de levantar os problemas do bairro e, por conseguinte, encaminhar as demandas à PMPA. Na década de 1990, destacam-se: a criação do jornal da associação (1990); a construção da sede (1994); o envolvimento de um vereador na sua direção; a participação decisiva para impedir a construção da Pista de Eventos de Porto Alegre no Menino Deus (1994-1998); as manifestações contra a instalação de um albergue municipal no bairro (1995-1996). Durante a pesquisa de campo, a ASSAMED mantinha atividades regulares, enfocando, nos últimos anos, questões relativas à (in)segurança do bairro. A Figura 2 mostra uma seqüência de imagens representativas desses períodos.

Junho de 1987.

Natal de 1988.



⁹ Após a retomada das suas atividades, a SAMED passa a se chamar Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus (ASSAMED).

Abril de 1989.



Maio de 1994.



Março de 1995.



Outubro de 1997.



Março de 1998.



Setembro / Outubro de 2000.

Maio / Junho de 2001



(Figura 2) Sequência de imagens de momentos e ações relevantes na história da ASSAMED.

Fonte: Jornal OI! Menino Deus e Jornal da ASSAMED.

2.2 A década de 1990: o Orçamento Participativo e o aumento na fundação de associações de moradores em Porto Alegre

Diversos estudos apontam que na década de 1990, no Brasil, ocorreu um declínio do chamado “surto associativo” dos anos 1970 e 1980. No entanto, isso não acontece na cidade de Porto Alegre, visto o elevado índice de constituição de novas organizações comunitárias a partir de 1989 (SILVA, 2007). Argumenta-se, entre outros aspectos, que a manutenção da dinâmica associativa porto-alegrense deve-se, em grande medida, ao incremento do OP no ano de 1989 (ABERS, 2000; SILVA, 2002). Nesse novo contexto político-institucional vivenciado em Porto Alegre em princípios da década de 1990 ocorre a fundação da AMVMD.

A comunidade da Vila Menino Deus começou com a ocupação de uma área pertencente ao DMAE¹⁰ por famílias oriundas de diversas comunidades populares nos primeiros anos da década de 1970. Conforme foi ressaltado acima, somente no início dos anos 1990 é fundada a AMVMD. Ou seja, é no contexto de continuidade da expansão do tecido associativo porto-alegrense, muito em resposta ao OP, que se situa o início da organização comunitária da Vila Menino Deus.

Entre os motivos para a criação da entidade, as entrevistas indicaram dois entendimentos distintos do processo. De um lado, de que a experiência prévia de um dos seus

¹⁰ Departamento Municipal de Águas e Esgotos.

fundadores no OP teria possibilitado acesso às informações necessárias à organização comunitária. Segundo uma entrevistada¹¹,

ele [marido da entrevistada na época] que (...) com a minha vizinha do lado, mais uma pessoa que estava se candidatando a vereador ajudaram a formar a associação de moradores. Aonde foi ... foi votado o nome da associação. Então, aí, a gente, fizeram uma assembleia e onde fico a dona Zaira, como fundadora dessa comunidade, de presidente e o meu ex-marido que fico de vice. (...) E aí a gente começo, bem antes ... bem antes de formar a associação, a gente foi convidada para vir no OP, Orçamento Participativo, e aí nos viemos no Orçamento Participativo, e nós começamos aqui no mercado público numa sala que não tinha assoalho e a gente sentava em volta e olhava pra baixo que era perigoso de cair, né. Mas aí a gente, começo. Eu sou uma das fundadoras do OP, Orçamento Participativo da região centro, né. Aí a gente começou a apreender. Escutando lá no fundo. Como é que era como é que não era todo o procedimento do OP. (...) E a gente foi buscando desde essa data até hoje e não conseguimos nada ainda (Fernanda – AMVMD).

Por outro lado, de que a existência de uma ordem de despejo contra os moradores levou à necessidade de fundar uma entidade representativa, a fim de evitar o desalojamento. Após esse episódio, e a conseqüente formação da associação, deu-se a participação dos moradores no OP. Nas palavras de outra pessoa entrevistada,

começou quando falaram que nos iam tirar daqui. Tinha um abaixo assinado pra nos tirarem daqui. Aí depois vieram dizendo que a gente ia ter que sair. E aí, naquela época, a presidente era a ... foi no caso a Suca, que mora ali na frente, moradora ali da frente. Não me lembro o nome dela. Acho que é Zaira, se eu não me engano. Começou por ela. Pro pessoal permanece aqui. (...) Depois (...) nós fomos pro Orçamento Participativo. (...) Em seguida. Que o seu Vanderlei. Porque tudo começou por ele. Que até então a Suca, que no caso foi a presidente não sabia desse orçamento, nem nada. Daí começou por ele. E a Fernanda. Depois nós conhecemos a Paula. Aonde que a Paula levou as pessoas daqui pro Orçamento Participativo (Roberta – AMVMD).

Durante o período de pesquisa, a AMVMD passava por um período de transição, pois, após mais de uma década sob a mesma presidência, foram eleitas novas presidenta e vice. Seus representantes mantinham regular participação nas reuniões semanais do FROP da Região Centro¹², procurando a efetivação da demanda de urbanização da comunidade, da qual apenas o levantamento topográfico fora realizado. Além disso, a nova diretoria estava envolvida no processo de registro da entidade.

¹¹ Os nomes dos integrantes da AMVMD são fictícios.

¹² Diversos estudos acerca do OP de Porto Alegre tomam como objeto de análise a região centro e/ou os líderes das comunidades que a integram. Silva (1997), sob a ótica da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas, analisa as questões objetivas e subjetivas presentes no OP que poderiam favorecer a integração social; Damo (2008) busca, grosso modo, compreender os significados da participação no OP através da trajetória de líderes comunitários; Langelier (2008), a partir de um episódio específico, aborda a dificuldade da construção da soberania popular e da construção do bem comum dentro do OP.

2.3 O perfil dos componentes das entidades

Conforme discutido anteriormente, os recursos associativos são, em parte, definidos pela posição social dos atores mobilizados e/ou representados pela AM. Nesta seção, portanto, busca-se caracterizar e comparar o perfil dos componentes de cada entidade. Um primeiro indicador das diferenças entre os membros das associações é a inserção profissional dos seus presidentes. Enquanto a ASSAMED foi presidida por um funcionário público, um comerciante, um pequeno empresário e por três professores/as, a AMVMD teve como presidentes uma empregada de firma, um eletricista, uma empregada doméstica e uma auxiliar de serviços gerais.

Já a comparação das categorias nível educacional e profissão dos seus membros no período de trabalho de campo também revela diferenças significativas. Enquanto a ASSAMED era dirigida por indivíduos, na sua maioria, com formação completa de ensino superior, na AMVMD atuavam agentes, ou com ensino fundamental incompleto, ou com ensino médio incompleto. No que respeita à profissão, a ASSAMED era composta por professores, profissional liberal e funcionário das forças armadas etc. A AMVMD é, por sua vez, integrada, grosso modo, por empregadas domésticas e auxiliares de serviços gerais.

Essas informações expõem uma expressiva diferença e desigualdade entre os componentes das duas AMs. Reproduzindo as características sócio-econômicas do bairro, a ASSAMED é constituída por setores médios, com altos níveis de escolaridade e inserção profissional em ocupações de prestígio e/ou boa remuneração. A AMVMD, por sua vez, tende a reunir indivíduos com baixa escolaridade e inseridos em ocupações pouco valorizadas e geradoras de baixa remuneração.

2.4 Caracterização dos problemas enfrentados pelas comunidades estudadas

No intuito de averiguar as possíveis diferenças entre a dinâmica associativa configurada em grupos sociais marcados por desigualdades socioeconômicas, este trabalho busca também nas informações sobre demandas/necessidades de bens e serviços públicos/infra-estrutura urbana a definição da posição social das populações mobilizadas pelas entidades. O Quadro 5 mostra as principais demandas defendidas pelas AMs e os problemas identificados por elas nas suas respectivas comunidades.

(Quadro 5) Problemas e demandas das comunidades pesquisadas.

Associação de moradores de um bairro de classe média	Associação de moradores de uma vila popular
(In)segurança (assaltos etc.) Trânsito (sinalização e congestionamento) Preservação das praças do bairro Construção da biblioteca da associação Construção da sede da entidade (obtida)	Regularização fundiária Construção de unidades habitacionais Urbanização Pavimentação Precariedade das moradias

Fonte: tabulação própria feita a partir das entrevistas, análise de jornais e observação no FROP.

A associação do bairro de classe média trabalha, basicamente, em torno de questões voltadas à preservação da qualidade de vida ali oferecida, pois busca soluções para problemas que podem, de alguma forma, prejudicar o seu padrão de vida relativamente elevado. Assim, temas como a insegurança percebida pelos moradores, devido, sobretudo, a possíveis assaltos, roubos, furtos etc. ou mesmo a presença de moradores de rua¹³, a preservação das praças públicas, os problemas de transporte e circulação e a construção da Pista de Eventos de Porto Alegre nas proximidades do bairro foram e são vistos pela entidade e pela população por ela mobilizada como ameaças ao seu estilo e qualidade de vida. A construção de uma sede para a associação era vista como uma necessidade da comunidade, a fim de fortalecer o associativismo comunitário, pois seria “um ponto em comum” (como afirmava o slogan da diretoria que conseguiu a sua construção) para reuniões e debates sobre os problemas do bairro.

Com relação à associação situada numa vila popular, pode-se inferir que as suas demandas giram em torno de questões básicas de infra-estrutura urbana, tais como regularização fundiária, urbanização, construção de unidades habitacionais (a condição das moradias é marcada pela precariedade), pavimentação, etc. Há também o problema da existência de áreas de risco (árvores secas ameaçam algumas casas) na comunidade. A demanda de uma cozinha comunitária evidencia até mesmo dificuldades de alimentação dessa população. A Figura 3, abaixo, mostra a imagem aérea da Vila Menino Deus.

¹³ Na década de 1990, uma das principais campanhas da ASSAMED se deu contra a construção de um abrigo municipal para moradores de rua em uma área do bairro.



(Figura 3) Imagem área da quadra onde se localiza a Vila Menino Deus – janeiro de 2009.

Fonte: Google Earth.

A fotografia acima reforça os dados da Tabela 1, pois através dela se visualizam as precárias condições de infra-estrutura da comunidade da Vila Menino Deus – delimitada por linhas de cor vermelha, à esquerda da imagem. Formada por casebres e pequenas vielas, a vila em nada se assemelha à opulência das construções vizinhas: moradias em boas condições e bem distribuídas, algumas até mesmo com piscinas. Tem-se aqui, portanto, a proximidade territorial entre segmentos da população que ocupam diferentes posições sociais. Estudos como os de Ribeiro (2008) e de Silva et. al. (2007) mostram, em síntese, que essa proximidade espacial não resulta em ganhos para as comunidades carentes¹⁴. Esse fato

¹⁴ Ribeiro (2008) estuda os efeitos decorrentes da dinâmica social de proximidade territorial entre grupos ocupantes de distintas posições na hierarquia do espaço social. Questiona-se sobre as possibilidades que os segmentos inferiores teriam de se apropriarem dos recursos acumulados no território, uma vez que a proximidade territorial poderia implicar em trocas e sociabilidades com os estratos detentores do poder econômico, social e simbólico. Contudo, a proximidade territorial, no caso analisado por Ribeiro, não produz efeitos positivos por meio do contato e da interação entre segmentos sociais em desigual posição social. Ao contrário, produz efeitos negativos, uma vez que provoca forte pressão social sobre os moradores do segmento inferior, bloqueando qualquer possibilidade de percepção da sua situação de inferioridade e de dominação. Portanto, a proximidade territorial não necessariamente sugere co-habitação. Do mesmo modo, Silva et. al. (2007) analisam as implicações da proximidade territorial entre grupos que ocupam posições antagônicas no espaço social – ou seja, quais seriam os efeitos da segregação residencial. Segundo os autores, no caso estudado, ocorre a naturalização das diferenças sociais, visto que cada indivíduo sabe o seu lugar. Isso representaria um limite à facilitação da mobilidade social, associada a bairros formados por estratos sociais diversificados.

também se reproduz na relação entre a Vila Menino Deus e o restante do bairro, pois, conforme mostraremos adiante, não há vínculos relevantes (além de duas freiras) entre os membros a AMVMD e os seus vizinhos de classe média. Além disso, as três ordens de despejo¹⁵ evidenciam uma convivência conflituosa. Conforme indica a percepção de uma entrevistada sobre como os vizinhos vêem a sua comunidade:

alguns anos atrás, de repente, agora começou de novo, eles [os vizinhos] estavam até nos olhando de um jeito diferente. Tinha uns guris, têm ainda, que são “chinelo”, que ficam roubando ali por volta. Então fizeram até abaixo-assinado pra tirar nós. E acho que agora deu mais uma acalmada. Alivia um pouco a nossa barra. Mas eles estão começando de novo. Aí dificulta um pouco, né (Roberta – AMVMD).

Os dados presentes neste capítulo revelam que a comunidade da vila popular necessita de serviços básicos de infra-estrutura urbana, enquanto a associação representante de um grupo de classe média, que já tem os bens básicos atendidos, se organiza tendo em vista recursos para a manutenção ou melhora de sua qualidade de vida. Assim sendo, pode-se argüir que estamos diante de duas populações caracterizadas por fortes desigualdades socioeconômicas e que ocupam o mesmo espaço/território no tecido urbano de Porto Alegre.

¹⁵ Através das entrevistas não foi possível precisar quem entrou com as ações de despejo. Pode ter sido o DMAE ou o DEMHAB, uma vez que a comunidade ocupa uma área pertencente ao primeiro e porque uma das ordens de despejo foi resolvida numa reunião com o segundo. Uma das ordens de despejo, provavelmente, foi levada a cabo pelos moradores vizinhos à vila, conforme indica acima a fala de uma entrevistada. Contudo, nenhuma das informantes soube precisar, quando questionadas, os autores das ordens de despejo.

CAPÍTULO 3

ANÁLISES DE SITUAÇÕES CONCRETAS EM QUE O CAPITAL SOCIAL DEFINE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE DUAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES SITUADAS EM DISTINTAS POSIÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo são apresentados e analisados exemplos empíricos de como a participação política construída através de AMs tende ser definida, entre outros fatores, pelos capitais sociais ancorados nas redes relacionais das populações por elas mobilizadas. Pretende-se, assim, problematizar essa relação, averiguando como a posição social desses grupos define os seus capitais sociais. De modo geral, argumenta-se que a significativa desigualdade observada entre os participantes das (e as populações representadas pelas) entidades se expressa na conformação das redes sociais e dos capitais sociais com que contam para definir e sustentar suas intervenções, visando, sobretudo, o acesso a recursos. Destarte, a comparação entre duas AMs, representantes de populações situadas em distintas posições sociais, contribuiria para uma compreensão mais acurada do associativismo e da sua participação política, bem como dos limites impostos pelas desigualdades socioeconômicas.

O texto abaixo está dividido em quatro partes. Nas três primeiras, abordam-se exemplos concretos de ações e manifestações levadas a cabo por uma AM situada num bairro de classe média. Na última, são trabalhados alguns casos referentes à atuação de uma associação localizada numa comunidade popular.

3.1 A Pista de Eventos de Porto Alegre e a atuação da Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Menino, 1994-1998

Em meados da década de 1990 a PMPA, na gestão de Tarso Genro (PT), iniciou o projeto de construção da Pista de Eventos, popularmente chamada de Sambódromo. Inicialmente, o executivo municipal tentou implantar a obra junto ao Parque Harmonia, também conhecido como Parque Maurício Sirotsky Sobrinho. Essa tentativa sofreu fortes críticas de tradicionalistas que utilizavam a referida área, de ambientalistas, do prefeito antecessor e de vereadores, inclusive daqueles que integravam o partido do então prefeito. Em fins de 1994, o projeto foi rejeitado pela Câmara de Vereadores. Contudo, o governo municipal não desistiu, propondo, então, um novo local, dessa vez junto ao ginásio Gigantinho, ao lado do Parque Marinha do Brasil.

A nova localização provocou forte reação de inúmeros agentes e instituições situadas nas proximidades, em especial, o Hospital Mãe de Deus, o Asilo Padre Caciue, a Fundação

Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM), clínicas geriátricas, moradores, escolas circundantes e AMs de bairro. A ASSAMED teve destacada atuação nas ações contra a construção da Pista de Eventos. De fato, pode-se argüir que ela ocupou uma posição de centralidade, pois realizou vários abaixo-assinados; promoveu assembléias comunitárias, na sua sede e na Escola Estadual Presidente Roosevelt; publicou, no seu jornal de bairro, artigos de moradores e de vereadores contrários à instalação do Sambódromo; mobilizou vereadores; entrou no Ministério Público, anexando junto à primeira solicitação documento contendo 6427 assinaturas¹⁶. Além disso, angariou fundos monetários, sendo que entre novembro de 1997 e janeiro de 1998 arrecadou e gastou mais de 17 mil reais em ações contra a Pista de Eventos¹⁷.

A rede relacional configurada durante as ações contrárias à construção da Pista de Eventos apresenta laços entre agentes internos e externos à comunidade do bairro Menino Deus. Por esse motivo, percebe-se a presença de diferentes tipos de capital social: o de ligação estruturado a partir de agentes e instituições internos à comunidade; o de ponte agenciado junto a outras AMs e personalidades; e o de conexão configurado, sobretudo, através do contato e do apoio de vereadores. Abaixo, na Figura 4, visualiza-se a rede de relacionamentos na qual a ASSAMED estava envolvida entre novembro de 1997 e março de 1998, conforme levantamento realizado no seu jornal de bairro¹⁸.

¹⁶ Numa primeira ação, foi enviado abaixo-assinado com mais de 500 assinaturas de moradores do Menino Deus à Câmara de Vereadores contra o novo local de instalação da Pista de Eventos. Posteriormente à ação judicial no Ministério Público, a associação coletou aproximadamente mais 3000 assinaturas.

¹⁷ Segundo informações encontradas no Jornal da ASSAMED de maio de 2002, foram gastos aproximadamente 30 mil reais em ações contra a implantação da Pista de Eventos.

¹⁸ Foram utilizados, a título de complementação, dois números do Jornal Zero Hora (15 e 29 de janeiro de 1998).

e recursos políticos, as relações de ligação funcionaram como relações de conexão. Além disso, o vereador, certamente, representava forte vinculação entre os membros da associação e a Câmara Municipal de Porto Alegre. Resta dizer que tanto as manifestações dos demais vereadores quanto a participação de Jocelin Azambuja representam a possibilidade de participar politicamente em espaços não formalizados através de barganha política – ou seja, esses “nós” na rede propiciaram acesso a um espaço de tomada de decisão, no qual a participação da população não ocorre diretamente, mas via representantes eleitos.

A rede relacional também era composta por instituições localizadas no interior do bairro. Conforme informações presentes no jornal da associação, um grupo de nove instituições internas à comunidade do Menino Deus, após participação em audiência pública, na qual ficou evidente a posição do executivo municipal em construir o Sambódromo ao lado do Parque Marinha do Brasil, decidiram manifestar publicamente seu apoio às ações já desencadeadas pela ASSAMED. Assim, produziu-se um documento expondo o posicionamento desse grupo, assinalado pelas instituições ligadas ao “nó” Manifesto da Comunidade na Figura 4. Posteriormente, esses “nós” participaram de reunião no Conselho Municipal do Meio Ambiente, cuja pauta foi o processo de licenciamento do local de implantação da Pista de Eventos e o recurso interposto por essas instituições.

A partir da constituição desse núcleo de instituições, percebe-se a importância do capital social de ligação quando acionado pelos segmentos sociais médio-altos para viabilizar a participação política através da mobilização das relações sociais. Neste caso, o capital social de ligação corresponde a vínculos com agentes e instituições em semelhante posição de privilégio social, ou seja, que detêm significativo volume de capital (econômico, institucional, cultural, político ou simbólico), representando ganhos expressivos aos que se manifestam politicamente por meio de sua estruturação. A manifestação política levada a cabo pela ASSAMED por meio da mobilização das relações sociais internas à comunidade (ou seja, através do capital social de ligação) foi um dos principais fatores responsáveis pelo sucesso da mobilização contra a Pista de Eventos no bairro Menino Deus. Infere-se, assim, que o capital social de ligação para as classes médias pode significar ganhos significativos ou acesso a recursos. Já para as camadas populares, ao restringir o contato com indivíduos que dificilmente possuem os referidos capitais, ele não necessariamente proporciona ganhos ou acesso a recursos. Além disso, essa configuração do capital social de ligação nos setores médios mostra a relevância da mobilização das relações sociais internas à comunidade como forma de atuação política. Isso porque não é apenas a extrapolação das relações sociais ao

exterior da comunidade (capital social de ponte) que se mostra importante à expansão e sucesso das ações empreendidas – em particular, para as camadas médias altas.

Há também a participação individualizada de pessoas internas à comunidade. Na sua maioria, estão conectadas ao “nó” Artigo de Apoio e/ou marcadas por um ponto cor verde. Correspondem aos indivíduos que manifestaram sua opinião através de textos no jornal da associação ou que levaram a cabo as suas principais ações, como é o caso da sua presidenta, certamente, a principal agente social no caso em análise. Isso porque ela conduziu as ações mais relevantes em nome da ASSAMED seja em coordenação com “nós” internos – especialmente, o vereador Jocelin Azambuja e as instituições assinaladas pela cor laranja – seja através de laços externos (principalmente, com a coordenadora das Promotorias de Defesa Comunitária, Sílvia Cappelli²², cuja atuação judiciária foi fundamental para impedir a construção da Pista de Eventos no Parque Marinha do Brasil, representado capital social de conexão beneficiando a atuação da associação num espaço institucional formal).

As ações e manifestações do núcleo central – “nós” marcados por pontos cor laranja na Figura 4 –, cuja liderança coube à ASSAMED, tiveram o apoio de AMs, grupos de moradores e personalidades externas ao bairro Menino Deus, os quais estão conectados ao “nó” Apoio às ações. Esses agentes, grupos de agentes e entidades associativas foram integradas, para fins analíticos, na rede de relacionamentos, pois, ou foram citadas no jornal da associação, ou realizaram alguma atividade em conjunto com ela, ou expressaram o seu apoio às ações contrárias ao projeto do executivo municipal. Na sua maioria, esses “nós” representam uma população situada nos segmentos médios e altos da cidade de Porto Alegre²³.

Percebe-se, então, uma parcela significativa da rede relacional configurada através de contatos com instituições externas à comunidade e em semelhante posição social, caracterizando a presença de capital social de ponte. Este se refere à ampliação das redes, constituindo vínculos com outros agentes sociais, a fim de ampliar o alcance das ações empreendidas. Isso fica evidente ao se analisar o Manifesto dos vereadores, que apóia o “*movimento de moradores dos bairros Menino Deus, Praia de Belas e Santa Tereza contra a*

²² Optou-se por não colocar o “nó” relativo à Promotora Sílvia Cappelli, pois ela já está representada pelo “nó” Ação no Ministério Público. Sua vinculação com Alzira Dornelles Bán ocorre através da ação empregada pela ASSAMED, ficando, então, representada à vinculação entre ambas através da conexão entre os “nós” Ação no Ministério Público e ASSAMED.

²³ Ressalta-se o apoio à construção do Sambódromo dado pelas AMs de comunidades populares situadas no bairro Menino Deus ou nas suas intermediações. Esse apoio foi expresso no documento “Manifesto Cultural: Menino Deus quer a Pista de Eventos” e assinado pelas seguintes entidades: Associação Vila das Placas, Associação dos Moradores da Vila Zero Hora, Associação dos Moradores da Renascença I, Associação da Vila Lupicínio, Associação dos Moradores da Luiz Guaranha.

construção da Pista de Eventos” (Jornal da ASSAMED, outubro de 1997). Nesse exemplo, a mobilização das relações sociais através do capital social de ponte contribuiu sobremaneira à ampliação das manifestações e ações políticas, pois mobilizou, além de um maior número de indivíduos e comunidades, personalidades capazes de “direcionar” a opinião pública.

O Quadro 6, abaixo, sistematiza as argumentações construídas nesta seção. Salienta-se a importância do capital social de conexão, representado pelos laços sociais estruturados com parcela significativa dos vereadores de Porto Alegre. Enfatiza-se a atuação do vereador Jocelin Azambuja, membro da direção da associação, pois, através dela, infere-se a possibilidade de transformação do capital social de ligação em capital social de conexão. Além desses aspectos, percebe-se a expressiva presença dos capitais sociais de ligação e de ponte, proporcionando ações e manifestações políticas em espaços institucionais informais e através da mobilização das relações sociais.

(Quadro 6) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais na contestação da construção da Pista de Eventos.

Tipo de capital social	Forma de participação política	Vínculo agenciado
Capital social de conexão	Espaços institucionais informais	Dezenove vereadores
Capital social de ligação transformado em capital social de conexão	Espaços institucionais informais	Vereador Jocelin Azambuja
Capital social de ligação	Mobilização das relações sociais	Instituições localizadas no interior do bairro
Capital social de conexão	Espaços institucionais formais	Promotoria de defesa comunitária
Capital social de ponte	Mobilização das relações sociais	Instituições e agentes externos à comunidade

Fonte: elaboração do autor.

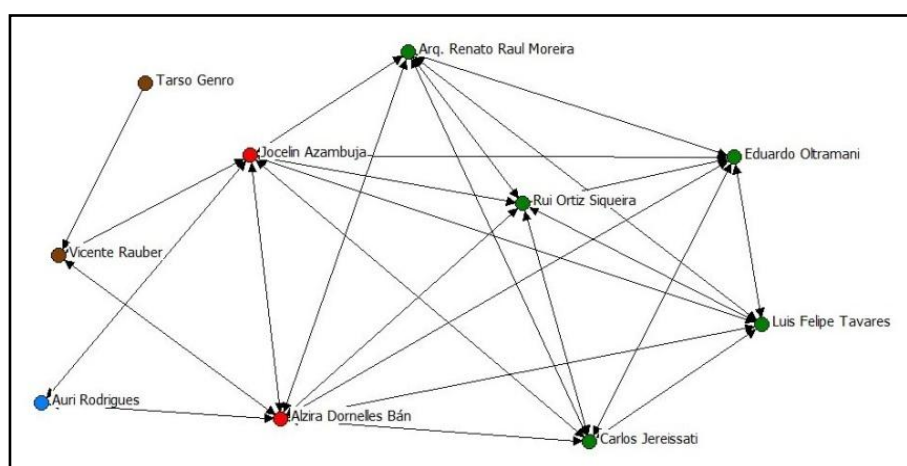
3.2 A construção da sede da ASSAMED e a participação do empresariado, 1992–1994

Após retomar suas atividades associativas em meados dos anos 1980, os dirigentes da associação colocaram como meta a construção de uma sede. Inicialmente, buscaram a doação de um terreno pertencente ao município, através do “*vereador Carlos Vieira da Cunha, que gestionará, junto à prefeitura, a obtenção de um terreno público para a construção da sede*” (Jornal OI! Menino Deus, natal de 1988). Também foi enviado pedido formal à PMPA solicitando um terreno baldio localizado no bairro. Havia, ainda, a expectativa de que a construção se tornasse possível por meio da atuação da coordenadoria do Projeto João de

Barro da METROPLAN²⁴. Todavia, o executivo municipal não cedeu a área, enfatizando que se a cedesse precisaria atender aos demais pedidos e, com isso, perderia a sua capacidade de permuta, prejudicando política habitacional em prática.

No início dos anos 1990, com a instalação do Shopping Praia de Belas nas proximidades do bairro Menino Deus e a construção de três praças públicas como contrapartida do empreendimento ao município, a presidenta da ASSAMED tentou integrar a sede, em moldes açorianos, no interior da Praça Itália²⁵. Contudo, sua tentativa sofreu duras críticas e restrições, sobretudo, do Comitê de Emigração Italiana (COEMIT). Assim, a presidência da associação desistiu e passou a buscar outras possibilidades.

Não obstante os referidos contratemplos, a ASSAMED inaugurou sua sede em junho de 1994, na Praça Rotary, uma das três entregues pelos empreendedores do Shopping Praia de Belas, num terreno de praça pública cedido pela PMPA. Na Figura 5 visualiza-se a configuração da rede relacional entre os anos de 1992 e 1994 em torno do projeto de construção²⁶. Além disso, foi incluído o empresário, morador do bairro, responsável pelo gradeamento das aberturas (portas e janelas) do imóvel. Observa-se, então, a presença de dois tipos de capital social. O de conexão está ancorado nas relações sociais estabelecidas pelos “nós” atuantes pela ASSAMED (sinalizados em vermelho), seja com os agentes empresariais do Shopping Praia de Belas (marcados em verde), seja com os atores governamentais (assinalados em marrom). Já o de ligação está aportado na relação mantida entre os atores representantes da associação com o “nó” – azul – que se refere a um empresário do bairro.



(Figura 5) A rede social configurada no processo de construção da Sede da ASSAMED, incluindo a etapa de gradeamento, entre 1992 e 1995.

Fonte: elaboração do autor a partir do material coletado.

²⁴ Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional do Rio Grande do Sul.

²⁵ A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) havia concedido direito de uso à ASSAMED de uma área dentro do perímetro da Praça Itália.

²⁶ Ver anexo 5 para conhecer os procedimentos de elaboração das Figuras 5 e 6.

Com relação aos agentes empresariais, pode-se inferir que, por serem dotados de recursos financeiros, eles foram atores fundamentais para a construção da sede da entidade, uma vez que a edificação do imóvel ficou a seu cargo. Evidentemente que a presença de indivíduos detentores, sobretudo, de capital econômico, somente foi possível devido à construção do Shopping Praia de Belas nas intermediações do bairro Menino Deus. Não obstante, deve-se ressaltar a capacidade dos atores sociais atuantes pela ASSAMED em estabelecer contatos com esses “novos” atores, pois, conforme texto encontrado no jornal da associação, ela

[...] sempre [esteve] em contato com os Administradores do Novo Shopping, procurando interesses mútuos deles e o [sic!] Bairro. Exemplo quando iniciaram ligações, na Av. Gamzo. Juntos estivemos festejando a nova Praça Santa Catarina. Como é do conhecimento de todos, temos tentado um diálogo maior através de um Boletim Informativo próprio, a todos que têm colaborado conosco, especialmente, ao Dr. Eduardo Ultramari – Administrador do Shopping Praia de Belas [...] (Jornal da ASSAMED, julho de 1991).

Ademais, pode-se inferir o interesse dos empreendedores do shopping em estabelecer vinculações com os representantes do bairro, o que poderia significar a construção de uma boa imagem diante da população vizinha, predominantemente de classe média alta e prováveis usuários do empreendimento. Talvez esse fato explique certa facilidade da ASSAMED em se relacionar com esses empresários, capacitados por seu capital econômico a oferecer recursos, e as dificuldades, ou melhor, a inexistência de vínculos entre agentes empresariais e a associação da Vila Menino Deus, conforme veremos posteriormente. Certamente estamos diante de mais um exemplo em que a posição social tende a definir as redes sociais e, em consequência, as formas de acesso aos recursos proporcionados por elas.

No que concerne à participação de atores governamentais durante o referido processo, deve-se ressaltar que a ligação desses com os integrantes da diretoria da entidade culminou com a doação de um terreno. Isso demonstra a capacidade da associação em mobilizar o capital de conexão presente nas suas relações em seu benefício. Evidencia, também, que as classes médias conseguem acessar o Estado em espaços não formalizados, alcançando os recursos almejados. Já o mesmo não pode ser dito acerca das associações representantes de segmentos populares, conforme será inferido adiante.

Por fim, resta lembrar a presença do capital social de ligação, mais uma vez atuando como um meio de acessar recursos. O laço estabelecido entre a ASSAMED e um empresário

morador do bairro²⁷ e detentor de recursos econômicos possibilitou o gradeamento das aberturas do imóvel. Esse é mais um exemplo de que a posição social privilegiada de um grupo associativo tende a definir positivamente os seus contatos, sendo estes, na maioria das vezes, possuidores de algum tipo de capital passível de ser acessado em proveito da AM.

O Quadro 7, a seguir, sistematiza as argumentações construídas nesta seção. Percebe-se que o capital social de conexão, tanto com agentes empresariais, quanto com atores governamentais, foi o recurso fundamental para a construção da sede da entidade. Diante disso, ressalta-se a possibilidade, sobretudo para os setores médios, de acessar recursos mediante laços sociais construídos com instituições e agentes do setor privado.

(Quadro 7) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais na construção e gradeamento da sede da ASSAMED.

Tipo de capital social	Forma de participação política	Vínculo agenciado
Capital social de conexão	Mobilização das relações sociais	Agentes empresariais do Shopping Praia de Belas
Capital social de conexão	Espaços institucionais informais	Atores governamentais
Capital social de ligação	Mobilização das relações sociais	Empresário do bairro

Fonte: elaboração do autor.

3.3 O medo da violência urbana e a iniciativa de policiamento ciclístico, 2001

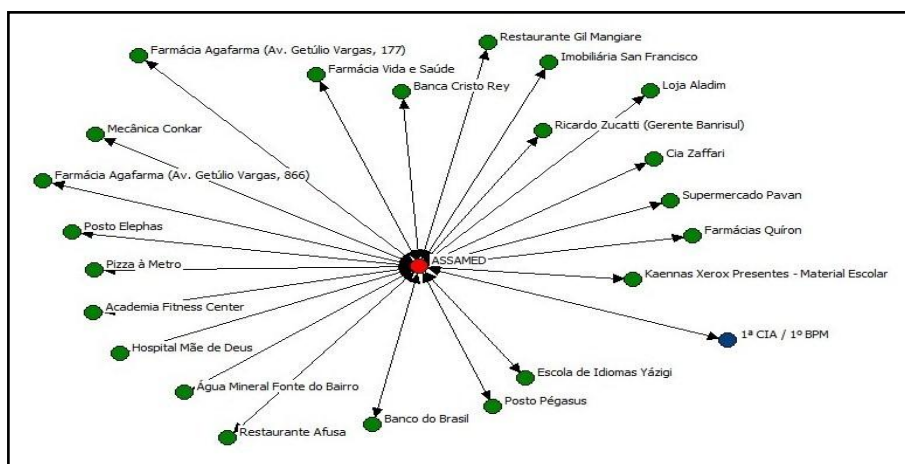
Com vistas a combater os casos de violência urbana (assaltos, roubos, arrombamentos, uso de tóxico etc.) no bairro Menino Deus, a ASSAMED, em duas oportunidades, fez campanha junto a empresários e moradores a fim de arrecadar fundos para a aquisição de bicicletas equipadas para o policiamento urbano. Esses equipamentos ciclísticos foram, então, doados às forças policiais atuantes no bairro²⁸. Segundo informações do jornal da associação, o coronel da reserva e chefe do seu departamento de segurança, inspirado na experiência desenvolvida em Londres pela Scotland Yard, foi o idealizador do projeto.

Para fins de análise, optou-se por apresentar a iniciativa do ano de 2001. Ela contou com o financiamento de comerciantes, empresários, instituições, lojistas, indivíduos, bancos etc., predominantemente localizados no bairro Menino Deus e, em geral, anunciantes no

²⁷ Diretor-Presidente da SMJ Corretora de Seguros.

²⁸ Segundo matéria publicada no jornal da ASSAMED, em 1991 as bicicletas foram entregues à 5ª Companhia de Polícia Militar do 1º Batalhão da Polícia Militar. Já em 2001 foram entregues à 1ª Companhia de Polícia Militar do 1º Batalhão da Polícia Militar.

jornal da ASSAMED. No centro do projeto se encontrava a associação (em vermelho na Figura 6), porquanto angariou o financiamento junto a possíveis doadores e manteve, através do seu diretor do departamento de segurança, contato com as forças policiais responsáveis pelo policiamento do bairro.



(Figura 6) A rede social configurada durante a iniciativa de policiamento ciclístico no bairro Menino Deus, 2001.

Fonte: elaboração do autor a partir do material coletado.

Na configuração dessa rede social, percebe-se a presença de ligações sociais definidas pelos capitais sociais de conexão e de ligação. Com respeito ao primeiro, infere-se que através dele, ou seja, da conexão entre o diretor do departamento de segurança da entidade e as forças policiais responsáveis pela segurança do bairro, foi possível planejar e executar essa experiência de policiamento urbano. Esse vínculo remete à participação política em espaços não formais, cujo acesso se dá mediante laços com agentes em posição de autoridade. Através do segundo tipo, ou seja, laços “entre iguais” no interior do bairro Menino Deus – ou mesmo o contato com indivíduos que ali apenas trabalham e cujo capital social seria o de ponte²⁹ – foi possível financiar a compra das bicicletas e a sua equipagem. Aqui se observa a vinculação entre o capital social de ligação e a atuação através da mobilização das relações sociais com o objetivo de angariar recursos privados para instituir o policiamento ciclístico da comunidade.

Esse exemplo evidencia tanto a importância das redes sociais para o acesso a recursos (ou empreender ações) quanto a relevância de se manter conexões com “nós” que detenham recursos econômicos ou, devido à sua atividade, de definir as formas de policiamento. Demonstra, sobretudo, que elas possibilitam o acesso a recursos (nesse caso, medidas de policiamento) através de canais institucionais informais, por meio da existência de vínculos

²⁹ Para alguns “nós” não foi possível definir se faziam ou não parte da comunidade do bairro Menino Deus. No caso de serem externos significariam a extrapolação da rede estruturada em torno da ASSMED, proporcionando a ampliação dos vínculos e, por conseguinte, facilitando o acesso a recursos financeiros necessários à iniciativa.

com agentes em posição de autoridade ou que detêm o poder de possibilitar uma ação, por exemplo, a implantação de policiamento ciclístico em determinada área urbana.

O Quadro 8, abaixo, sistematiza as argumentações construídas nesta seção. Percebe-se, como já foi visto com relação ao vereador Jocelin Azambuja, a importância de contar entre os quadros diretivos da associação com indivíduos que possam contatar agentes em posição de autoridade, nesse caso, o contato com as forças policiais responsáveis pelo bairro. Além disso, ressalta-se como o capital social de ligação, notadamente para as camadas médias altas da população, funciona, através da mobilização das relações sociais, para acessar recursos econômicos disponibilizados pelo setor privado.

(Quadro 8) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais na iniciativa de Policiamento Ciclístico no bairro Menino Deus.

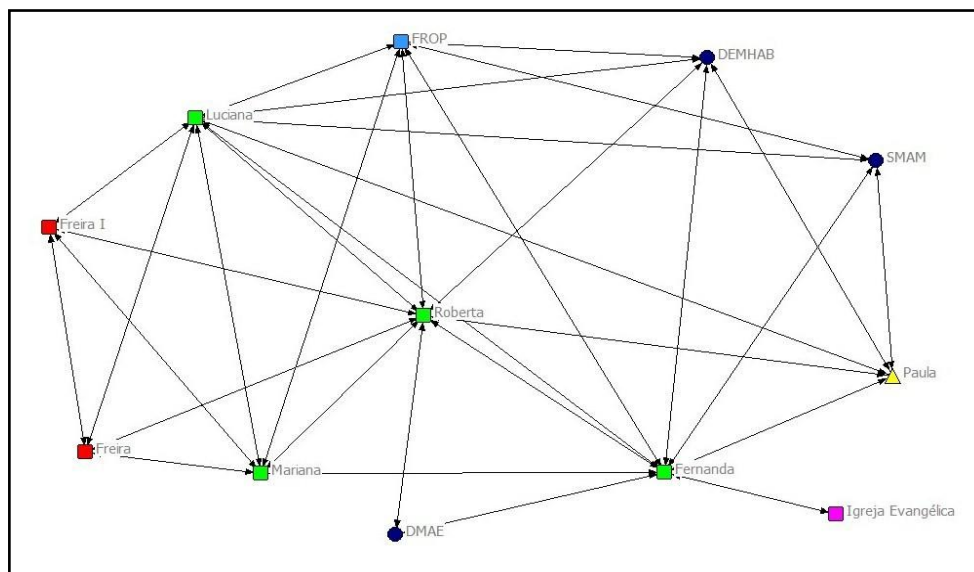
Tipo de capital social	Forma de participação política	Vínculo agenciado
Capital social de conexão	Espaços institucionais informais	Forças policiais responsáveis pela segurança do bairro
Capital social de ligação	Mobilização das relações sociais	Comerciantes, empresários, lojistas, indivíduos, bancos etc., localizados no bairro

Fonte: elaboração do autor.

3.4 Redes, capital social e participação política – o associativismo nos segmentos populares

A Figura 7, abaixo, apresenta a rede social configurada em torno dos atores centrais da Associação dos Moradores da Vila Menino Deus em 2008³⁰. Eles estão sinalizados por um ponto verde, representando a presidenta da associação (Roberta) e sua vice (Luciana), a ex-presidenta (Fernanda) e a delegada da comunidade no FROP (Mariana). Os demais “nós” dizem respeito a atores ou instituições cuja presença na rede foi verificada no trabalho de campo. Objetiva-se, a seguir, explorar as conexões existentes, exemplificando-as através de ações e manifestações políticas, bem como analisar o tipo de capital social envolvido em cada situação.

³⁰ No anexo 6 são explicitados os passos para a elaboração deste sociograma.



(Figura 7) A rede social da Associação dos Moradores da Vila Menino Deus, 2008.

Fonte: elaboração do autor a partir do material coletado.

Segundo as informações levantadas, a AMVMD, desde a sua fundação, conta com o apoio de uma agente social externa à comunidade. Na figura acima ela está assinalada por um triângulo amarelo. De um modo geral, esse “nó” é importante tanto ao funcionamento da associação quanto à persistência da luta empreendida pela comunidade. Em outras palavras, sua contribuição vai desde aspectos jurídicos (registro da entidade, por exemplo) até a organização das eleições associativas e manutenção das suas atividades³¹.

No que respeita ao capital social representado por essa agente social, infere-se a presença do capital social de ponte, uma vez que ela ocupa uma posição social semelhante à população mobilizada pela AMVMD e reside externamente à comunidade. Essa vinculação significa a extrapolação das fronteiras da comunidade, proporcionando acesso a possíveis recursos e capitais detidos por ela. Não obstante o seu contato com um deputado estadual³², não é possível afirmar que a comunidade da Vila Menino Deus teve acesso direto a recursos, sobretudo materiais, provindos dessa conexão. Pode-se inferir que esse “nó” conhece os “caminhos” para que a associação se mantenha funcionando, como é possível depreender da fala da sua atual presidenta.

³¹ Damo (2008, pp. 58-60), com o intuito de apreender os significados da participação no OP, descreve a trajetória dessa líder comunitária, entre os líderes atuantes no processo de OP porto-alegrense.

³² Segundo uma das entrevistadas, a Paula trabalhava, no período da pesquisa de campo, no gabinete do deputado estadual Ronaldo Zulke (PT). Assim, poder-se-ia questionar sobre a possibilidade dela representar um capital social de conexão da AMVMD, pois, devido a essa sua vinculação com um ator social em posição de autoridade, ela também ocuparia um posição de mando. Apesar desse argumento, consideramos o “nó” Paula como um capital social de ponte da AMVMD, uma vez que, a sua trajetória social e a sua posição social são semelhantes aos dos agentes da entidade, e que seria ela quem possuiria um capital social de conexão ao se relacionar com o referido deputado. Além disso, as ações do “nó” Paula junto à AMVMD não corresponderiam a resultados significativos, por exemplo, quanto ao acesso (ou à facilitação) a recursos, como se esperaria de um ator social em posição de autoridade.

Porque nós já tivemos três ordens de despejo aqui, né. Então ela [Paula] sempre, quando a gente precisava, ela sempre nos apoiava. Como ela tem mais conhecimento na área, né. Então ela que ajudava a gente a ir no lugar certo. [...] Nós é que estamos tocando isso [o registro da associação], eu e a Luciana. É a gente que tá fazendo isso. A gente tá pedindo o apoio da Paula. Porque quem tava bem envolvido nessas histórias, nesses assuntos, era a Fernanda, né. Então meio que a gente entrou de “gaiato”. A gente não sabe de quase nada. Então a Paula é que tá nos assessorando. [Ela diz:] “Não gurias, vocês têm que fazer isso, vocês têm que fazer aquilo” (Roberta - AMVMD).

Além disso, ela apóia diretamente os moradores, buscando nos departamentos municipais recursos públicos, pois, segundo a mesma entrevistada, a aquisição da sua casa de passagem foi possível “*por intermédio da Paula, também*”³³. *Ela fez o pedido dessa peça pra mim, que até então eu não tinha condições de fazer, né. Trabalhava, mas o dinheiro, pouco que eu recebia, não tinha condições de montar a minha casa, né*” (Roberta - AMVMD). Observa-se, aqui, o capital social de ponte, representado por essa agente social, promovendo ações e manifestações políticas através da mobilização das relações sociais da entidade.

Percebe-se, na Figura 7, a presença de agentes sociais pertencentes a igrejas situadas no bairro Menino Deus. Destacam-se a atuação de duas freiras católicas junto à comunidade da Vila Menino Deus e a conexão entre a ex-presidenta da associação e uma igreja evangélica localizada no bairro. Esses dois exemplos evidenciam a presença do capital social de ponte, ou seja, laços sociais com agentes externos à comunidade. Isso porque, mesmo se localizando no bairro, não integram a Vila Menino Deus. Esses laços significam, portanto, a extrapolação das relações sociais dos moradores, o que é relevante para a ampliação das suas ações e manifestações políticas. Representam, ademais, a construção da participação política, visando recursos públicos, por meio da mobilização das relações sociais da associação.

No que concerne à atuação das freiras, não foi possível averiguar a data precisa do seu início, apenas que se trata de uma relação antiga, perfazendo mais de 10 anos. Elas realizam diversas atividades, entre as quais a de culinária, a de pintura e a de confecção de peças de cama. Segundo as informações obtidas, essas agentes sociais seriam as únicas a realizar trabalho comunitário com os moradores, pois, conforme uma entrevistada,

a gente faz aqui trabalho comunitário assim é com a Igreja, né. Com a Igreja Católica. Que é umas senhoras que é ali do Menino Deus. Elas fizeram até uma festa aqui. O padre fez. Que o DEMHAB cedeu aquele pedaço ali pra elas. Então ali a gente faz culinária, acolchoado, fuxico, essas coisas, né. Elas fazem também pintura. Só elas assim que ajuda a comunidade, também. Igreja Menino Deus. Elas são... Elas moram... Uma mora na José de Alencar e a outra mora na Getúlio Vargas (Roberta - AMVMD).

³³ Nesse exemplo é preciso destacar a atuação das duas freiras que realizam trabalhos com a comunidade. A atuação delas será analisada a seguir.

As freiras também contribuíram no processo de aquisição provisória de um terreno para que a atual presidenta da associação pudesse construir a sua casa num local mais seguro. Nesse exemplo, evidencia-se a relevância do capital social de ponte na ampliação das redes sociais e, por conseguinte, das ações empregadas ao acesso de recursos públicos. A partir do trecho abaixo, percebe-se que elas auxiliaram, fundamentalmente, de duas formas: primeiro, dando apoio para que fossem superadas as dificuldades; segundo, buscando a liberação do terreno nos departamentos municipais.

Foi a conquista daqui da onde que eu tô. Me marcou muito, porque teve uma época que eu já estava desistindo, sabe. Foi uma luta imensa mesmo, porque eu tentava botar a casinha e eles ‘não, tu não pode’, enfim, ‘não é de vocês. A área não é de vocês’. Aí no momento que eu vi o papel na minha mão eu: ‘ah é meu agora’. [...] Até então eu morava lá num bequinho que não dava nem pra se mexer, a casa piorou né. [...] Eu tava desistindo. Daí essas senhoras que são da Igreja disse: ‘não, tu não vai desistir’. Elas foram outras que também foram persistentes comigo, sabe. [...] Aí elas sem cansá né, elas corriam para tudo quanto é lado, pro DEMHAB, pro DMAE, ligavam. Tenho até hoje os papel delas com as ligações que elas faziam, dia, horário, tudo, com quem elas falavam, porque passavam elas pras outras, né. (Roberta - AMVMD).

A respeito da participação da igreja evangélica, infere-se que esse vínculo se dava, basicamente, através da ex-presidenta da entidade, que, segundo uma entrevistada, segue essa orientação religiosa. Essa conexão possibilitou eleger a demanda de uma cozinha comunitária no OP³⁴. A partir das observações realizadas no FROP, constatou-se que a referida igreja não participa assiduamente das reuniões, ficando a cargo da então presidenta da associação cobrar dos representantes do governo a execução da obra. Apesar disso, a união desses grupos permitiu “ganhar” a demanda, o que demonstra a relevância das conexões externas para acessar recursos. A fim de corroborar a análise precedente, menciona-se a fala de uma representante da Vila Menino Deus. Nas suas palavras: “*então eu pedi uma cozinha comunitária. [...] Foi a igreja que conseguiu. Eu como presidente, como tô envolvida, junto com eles, eu solicitei o pedido. Só que a gente vai recorrer. Recorrer pra ver se ganha*” (Fernanda - AMVMD).

Esse trecho revela as dificuldades encontradas pelos segmentos populares para acessar, na prática, os recursos provenientes de espaços formalizados de participação política como o OP, mesmo quando a demanda é de um conjunto de comunidades ou instituições e não somente de uma vila popular – ou seja, quando há a extrapolação das fronteiras e as manifestações políticas, levadas a cabo em conjunto, tenderiam a ter maior poder de pressão

³⁴ Não foi possível localizar a referida demanda na lista de obras selecionadas no OP. Segundo a ex-presidenta da AMVMD, a cozinha comunitária foi solicitada no OP e é nesse espaço que ela cobrava do poder público municipal a sua concretização.

sobre as autoridades públicas. Pode-se argüir, dessa forma, que o mesmo tipo de capital social (o de ponte, neste caso), quando ancorado nas redes relacionais dos segmentos populares, na maioria das vezes, não significa acesso a recursos sociais. Isso pode ser sustentado ao se estudar comparativamente a presença do capital social de ponte nas redes sociais da ASSAMED e da AMVMD, porquanto as análises precedentes sobre a primeira entidade demonstraram inúmeros casos nos quais ele propiciou acesso a recursos.

No que tange aos vínculos com agentes em posição de autoridade, a rede social da AMVMD apresenta conexões, preferencialmente, com o DMAE, o DEMHAB e a SMAM. Segundo as entrevistas, constatou-se que historicamente a entidade tem procurado acesso a recursos no DEMHAB, pois *“é aonde todo mundo debate que é a habitação, né. Habitação onde todo mundo debate. Moradia, tudo”* (Fernanda - AMVMD). O contato com o DMAE se deve, sobretudo, ao fato da Vila Menino Deus se localizar em terras que pertencem a esse departamento municipal. Já a SMAM foi procurada para solicitar o corte de algumas árvores, cuja precária localização e situação estariam pondo em risco algumas moradias.

Segundo as informações levantadas no trabalho de campo, as tentativas de acesso a esses órgãos públicos ocorrem, historicamente, de duas maneiras. A primeira se dá através da intermediação dos conselheiros do FROP da Região Centro, uma vez que é comum o agendamento de reuniões com os representantes do poder público e a participação de diversas comunidades. A segunda ocorre por meio de tentativas diretas de acesso aos agentes públicos realizadas pelos representantes da associação, muitas vezes com o apoio da Paula. Conforme explica uma entrevistada, *“se tu não quer pedir pelo Orçamento Participativo a reunião, tu liga. O presidente da associação liga e agenda a reunião. Aí depois tu escolhe o conselho pra ir contigo. O conselho vai contigo”* (Fernanda - AMVMD).

No que tange às tentativas de acesso aos órgãos estatais por meio do FROP Região Centro, há a presença do capital social de ponte agindo de duas formas distintas³⁵. Por um lado, extrapolando as relações sociais, ou seja, possibilitando a participação numa rede social maior, configurada no interior de um espaço de participação política formal. Por outro lado, também expandindo a rede relacional da associação, mas proporcionando uma manifestação política em um espaço não formal. Em ambos os exemplos se trata de acesso a agentes

³⁵ Consideram-se as relações sociais configuradas no FROP Região Centro como significando um capital social de ponte para a AMVMD, pois, conforme se constatou no trabalho de campo, os atores sociais que atuam nesse espaço se encontram, na sua maioria, posicionados nos setores populares. Tal percepção do predomínio das camadas populares no OP é corroborada pelas informações sobre a renda dos participantes do OP no ano de 2005. Enquanto 49,8% tinham renda familiar até 2 salários-mínimos (31,1% na população da cidade), somente 3,4% tinham renda familiar maior de 12 salários-mínimos (16,5% na população da cidade). Para maiores detalhes ver Fedozzi (2007), pp.19-20.

públicos, diferindo nas ações empregadas, isto é, o mesmo capital social é responsável pela participação política tanto em espaços formais quanto nos não formalizados. No que concerne ao OP, vale ressaltar, além dele consistir num espaço formal de acesso a recursos públicos, ele também se mostra relevante por ampliar a rede relacional das comunidades populares e por possibilitar o contato com agentes públicos.

Quanto às tentativas diretas de acesso aos órgãos públicos, a AMVMD apresenta conexões com o DMAE – devido, essencialmente, à localização da comunidade em propriedade que pertence a esse departamento municipal – e com o DEMHAB, uma vez que esse departamento é responsável pelas políticas públicas de habitação, principal reivindicação dos moradores da Vila Menino Deus. Percebe-se, então, pelos motivos elencados acima, a presença do capital social de conexão, ou seja, uma integrante da AMVMD mantém contato próximo com indivíduos em posição de autoridade, que conduz suas tentativas de acesso a recursos públicos através de ações empregadas em espaços institucionais informais, uma vez que tais canais de reivindicações não correspondem àqueles que são instituídos formalmente como o OP e CGPP. A AMVMD, através da ação empregada pelo “nó” Fernanda (ver Figura 7), junto ao DEMHAB e, principalmente, ao DMAE, obteve a construção de uma pequena praça de recreação para as crianças da comunidade. Estranhamente, essa informação não foi obtida através da entrevista com a Fernanda, mas sim por meio das entrevistas com a atual presidenta e com a conselheira da associação no FROP.

Ainda em relação ao OP, a partir do trabalho de campo foram constatados alguns aspectos cuja análise relativizaria e problematizaria os estudos que demonstram os “pontos positivos” dessa política pública. Ou seja, que a instituição de fóruns participativos representaria mecanismo de ampliação de oportunidades para a atuação dos atores da sociedade civil. Tais aspectos permitiriam repensar, por exemplo, o papel de políticas públicas como o OP enquanto ferramentas capazes de proporcionar aos segmentos populares real acesso a recursos públicos.

Em primeiro lugar, a dificuldade que os grupos cuja participação (em quantidade) é menor têm para eleger a sua demanda entre as prioridades do OP. Isso porque as capacidades de mobilização e de articulação são fatores centrais de êxito.

Em segundo lugar, a dificuldade dos participantes em controlar o processo (em geral demorado) de concretização das demandas incorporadas aos Planos de Investimentos. Por exemplo, a AMVMD, após enfrentar inúmeras dificuldades para eleger a reurbanização da comunidade entre as prioridades, ainda não teve a demanda concluída, pois até o momento da pesquisa apenas o levantamento topográfico fora realizado. Conforme uma entrevistada,

teve alguma vila, sim, que votou a nosso favor. Mas a maioria dos que tinha lá [no OP] votou contra nós. Então a gente não ganhou. [...] A gente tava em terceiro lugar na demanda. E aí o Chocolateão tava em segundo. Como o Chocolateão tinha saído porque não fazia parte daquele... daquele dinheiro que ia sair ali dentro, que era federal parece, né. Então aquilo ali deles ia passar pra nós e pras outras que estavam com poucas. Mas nós não ganhamos. Nós era pra tá, ficar em segundo lugar, mas até agora nada. [...] O DEMHAB, veio engenheira tudo, mas não fizeram nada. Nós temos a topografia, o projeto tudo, mas depois a Fernanda “loquiô”, disse que não queria mais aquele projeto, queria outro. Era muita confusão. Então, teve um tempo que eles não queriam nem nos atender mais lá no DEMHAB (Roberta - AMVMD).

Em terceiro lugar, a formação de “panelinhas”, ou seja, de grupos que, ao se unirem, alcançam a hegemonia dentro do FROP, diminuindo o poder de barganha ou de votação de grupos menores. Isso é evidenciado quando uma entrevistada, questionada sobre a participação da sua comunidade no OP, responde que:

no meu pensar se a gente não participar lá [no OP] a gente não se tem como moradora da vila, porque até então até no DEMHAB eles não sabem onde que é a vila Menino Deus. Então eu digo pro pessoal que a gente tem que participar pra mostrar pra eles que a gente mora aqui, pra conseguir alguma coisa, pra eles enxergar. [...] Mas também só indo lá também acho que não vai mudar nada. Porque é só a vila do Chiquinho que ganha. [...] Lá tem muitas ‘panelinhas’. A nossa vila já teve chance de, sabe, de conseguir algumas coisas lá dentro e não conseguiu por causa deles. (Roberta - AMVMD).

A formação de grupos e/ou alianças dentro do OP de Porto Alegre também é percebida e analisada por Damo (2008). Ao estudar a trajetória do referido Chiquinho, diz que este é

assíduo também ao FROP centro, onde elegeu um sucessor como segundo suplente, tornou-se aliado de Juliano, um novo líder de destaque nos últimos anos. Ele e Chiquinho conduzem, direta e indiretamente, as principais demandas da Região Centro e lograram constituir uma hegemonia, com o apoio de outras lideranças, que eles denominam de ‘unidade’ (DAMO, 2008, p.58).

É preciso, por fim, ressaltar a inexistência de “nós” empresariais na rede relacional. Quando questionadas sobre possíveis contatos entre a associação e instituições privadas ou empresários, as entrevistadas foram enfáticas ao afirmar a sua inexistência. Conforme uma delas, “*quando tu chega pra vim falar da comunidade parece que se afasta*” (Fernanda - AMVMD). Esse aspecto, conjuntamente com a ausência de ONGs ou mesmo de atores coletivos de maior alcance junto à comunidade Vila Menino Deus, revela as dificuldades enfrentadas pela entidade para construir manifestações/participações políticas por meio da mobilização das suas relações sociais. A participação política estaria restrita ou à atuação institucional formal no OP ou às tentativas de ação institucional informal junto a órgãos públicos municipais.

O Quadro 9, a seguir, sistematiza as argumentações construídas nesta seção. Percebe-se a expressiva presença do capital social de ponte, agenciado através da mobilização das relações sociais e, em especial, representado pelo “nó” Paula (ver Figura 7). O capital social de conexão deve ser relativizado quanto a sua importância ao acesso de recursos, pois está ancorado na rede relacional da AMVMD devido, sobretudo, à localização da comunidade em área de propriedade do DMAE. Assim, os laços sociais de conexão que a ex-presidenta da entidade – devido ao seu histórico de luta no movimento associativo das camadas populares e a sua longa participação no OP – consegue contatar possibilitaram a construção de uma praça para as crianças da comunidade. Contudo, tais conexões não se mostraram capazes de acelerar o processo de urbanização da vila, demanda eleita no OP em fins da década de 1990 e da qual apenas o levantamento topográfico fora realizado até a finalização da pesquisa³⁶.

(Quadro 9) Síntese dos tipos de capital social e das formas de participação política preferenciais nas ações empregadas pela AMVMD.

Tipo de capital social	Forma de participação política	Vínculo agenciado
Capital social de ponte	Mobilização das relações sociais	“Nó” Paula
Capital social de ponte	Mobilização das relações sociais	Duas freiras católicas
Capital social de ponte	Espaço institucional formal	Igreja evangélica
Capital social de ponte	Espaço institucional formal	Associações atuantes no OP
Capital social de conexão	Espaço institucional informal	DMAE e DEMHAB
Capital social de ponte	Espaço institucional informal	Associações atuantes no OP

Fonte: elaboração do autor.

³⁶ No sítio <http://www.portoalegre.rs.gov.br/op_prestacao/acomp.asp> é possível acompanhar o andamento das obras definidas no OP. Último acesso do autor em: 5 de outubro de 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto na introdução deste trabalho, o estudo com duas AMs situadas em distinta e desigual posição social, mesmo não proporcionando ampla generalização, coloca aspectos relevantes e pouco estudados para a compreensão do associativismo. Tais fatores são: a presença de profundas desigualdades socioeconômicas na sociedade brasileira, a pouco conhecida atuação de AMs de classe média e o posicionamento de setores populares e médios frente ao Estado e aos espaços participativos. A partir disso, a pesquisa focalizou duas AMs representantes de comunidades com características socioeconômicas desiguais, sendo uma delas de classe média, e que atuam buscando recursos públicos em diversos canais (formais e informais) oferecidos pelo Estado e por seus agentes – políticos e funcionários públicos.

De modo geral, observou-se uma composição e um volume muito diferenciados dos recursos associativos – constituídos, em especial, pelo capital social ou a sua reconversão em outras formas de recursos – detidos pelas duas AMs. Enquanto a ASSAMED fundamenta suas ações através da mobilização de amplo leque de relações com políticos, empresários, organizações e instituições, a AMVMD possui uma rede relacional muito menor e, sobretudo, constituída por atores com posições sociais bem menos proeminentes que as ocupadas pelos atores com os quais a ASSAMED se relaciona.

Essas características levantaram significativas questões para o entendimento das diferenças e semelhanças entre o associativismo de bairro nas classes médias altas e nas classes populares. Constatou-se, notadamente, a constituição de distintos caminhos para acessar recursos. Na ASSAMED, encontrou-se um padrão constante de vínculos com vereadores e empresários, ou seja, a presença de atores e instituições possuidores de valiosos capitais – sobretudo, político e econômico. Quanto à AMVMD, além de possuir poucos vínculos externos à sua comunidade, esses são na sua maioria com indivíduos em semelhante posição social. Pode-se, assim, argumentar que os laços entre iguais definem de modo diferenciado a atuação política e o acesso a recursos nos diferentes grupos, uma vez que a posição social dos atores envolvidos é um condicionante relevante.

Tais descobertas também contribuem na investigação do nosso segundo objetivo: se e como desigualdades socioeconômicas implicam em diferenças em termos de capitais sociais aos quais os atores têm acesso, o que culminaria em modos diferenciados de participação política. A partir do estudo aqui empreendido, infere-se que a posição social da população mobilizada pelas associações tende a definir a apropriação dos capitais sociais de ligação,

ponte e conexão. O associativismo configurado nos setores médios faz uso do capital social de ligação e, muitas vezes, é capaz de transformá-lo em capital de conexão, visto que os “semelhantes” de classe média ocupam (pelo menos em determinados períodos, por exemplo, mandatos legislativos) posições de autoridade. Já as ações e manifestações políticas do associativismo popular parecem ser definidas (pelo menos para entidades com características semelhantes à da AMVMD) por uma rede relacional estruturada, em grande medida, sobre os capitais de ligação e ponte. Estes vínculos são acionados, preferencialmente, em espaços de políticas públicas como o OP. Relações sociais com indivíduos em posição de autoridade não se mostraram preferenciais e/ou relevantes, devido, sobretudo, a três fatores: 1) a implantação de espaços públicos de participação, que provocou a diminuição da capacidade de atuação de vereadores em acessar recursos públicos³⁷; 2) a inexistência de vínculos duradouros e recíprocos com agentes em posição de mando; 3) e a presença de uma cultura paternalista, a qual vincula as camadas populares a indivíduos em posição de autoridade, de modo geral, apenas em períodos específicos, geralmente, eleições – o que traz ganhos mínimos que mais reproduzem as desigualdades do que as reduzem.

As duas AMs estudadas apresentaram distintas lógicas de ação e acesso aos bens e serviços fornecidos pelo Estado e pelo setor privado. A ASSAMED busca acessar aos bens e serviços providos pelo Estado, em especial, através do capital social de ligação, transformando-o, muitas vezes, em capital social de conexão. Isso foi evidenciado pela presença de um vereador e de um agente militar aposentado na diretoria da associação. Os capitais sociais de ponte e conexão também se mostraram relevantes, já que ela manteve, nos exemplos dados, muitos e constantes vínculos com vereadores e diferentes autoridades municipais. A AMVMD, por sua vez, procura, fundamentalmente, recursos públicos em canais de participação formal como o OP. Nesse espaço ela emprega os capitais de ligação e ponte, uma vez que vai à busca de recursos individualmente, através de suas representantes, ou em conjunto com outras entidades populares participantes do OP. Isso é efetivado através de reuniões agendadas pelos conselheiros da região e pelo representante do governo no FROP com as secretarias e departamentos municipais; contudo, não devido à formação de uma ampla rede promotora de ações e manifestações políticas em conjunto com outras entidades. Tal rede de relações existe dentro do FROP Região Centro, mas, ao que tudo indica, a AMVMD não faz parte, dificultando o seu acesso a recursos através desse espaço.

³⁷ Dias (2000) analisa os efeitos políticos da efetivação do OP sobre o Legislativo Municipal porto-alegrense. Estes efeitos são: constrangimento, renúncia e reação. O primeiro se refere ao constrangimento dos vereadores frente à participação popular. O segundo diz respeito à sua renúncia a parcela de poder decisório dado à população. E o terceiro concerne à reação do Legislativo contra o Executivo.

No que concerne à esfera privada, a associação do bairro de classe média apresentou significativas relações com empresários, empresas e instituições privadas. A construção e o gradeamento da sede da entidade e a aquisição de bicicletas para o policiamento do bairro somente foram possíveis com a ativa participação de agentes e instituições posicionados na esfera privada, sobretudo na empresarial. Nestas redes sociais que possibilitaram tais empreendimentos havia a presença dos capitais sociais de ligação e de ponte. Já a rede de relações da entidade popular não contava com nenhum agente ou instituição do setor privado. Isso foi enfatizado pelos próprios integrantes da direção da associação, conforme destacado no final do capítulo precedente. A partir dos exemplos oferecidos pela ASSAMED, argumenta-se a importância dos laços sociais com agentes empresariais a fim de angariar recursos. Além disso, é preciso ressaltar que, quando procurados, eles respondem aos interesses de camadas sociais iguais ou superiores, visando, entre outros objetivos, um retorno para o seu empreendimento. Isso fica claro nas vinculações do Shopping Praia de Belas com a ASSAMED e desta com uma empresa de seguros localizada no bairro.

Quanto à participação de distintos e desiguais grupos sociais nos espaços formais e informais para acessar recursos, o presente estudo encontrou significativas diferenças. Vale lembrar, antes de tudo, que no contexto específico da cidade de Porto Alegre a política pública de OP ocupa lugar significativo quando se objetiva compreender a atuação das AMs e as suas relações com o poder público municipal, especialmente, para aquelas que representam os segmentos populares³⁸.

No que tange à atuação da ASSAMED, não se observa um esforço de mudança para se adaptar ao novo contexto político-institucional estabelecido pelo OP³⁹. Essa manutenção se explica, por um lado, pelo fato de que a ASSAMED, ao representar interesses de um segmento da população que já usufrui os serviços públicos básicos oferecidos pelo poder público municipal, não concorre diretamente pelo acesso aos bens e serviços costumeiramente

³⁸ Fedozzi (2007), em pesquisa realizada com os participantes do OP, verificou que a mudança no Executivo Municipal, tendo em vista a derrota nas eleições, após 16 anos, do Partido dos Trabalhadores (PT), não foi entendida como uma “derrota” do OP. “Em síntese, pode-se inferir, em geral, que a percepção do público do OP – no contexto inusitado que se iniciou em 2005 – é que ele representa uma conquista que ultrapassa eventuais gestões administrativas ou partidos políticos” (FEDOZZI, 2007, p. 40). Não obstante, há indícios de que o OP estaria enfraquecido, pois “o processo que agoniza na Cidade nada tem a ver com o modelo que foi criado e experimentado pelas comunidades. Em que pese muitas lideranças ainda lutarem bravamente pela sua manutenção, o governo local não faz mais nenhum esforço neste sentido” (CIDADE, 2009). Damo (2008), por sua vez, ressalta que a mudança de orientação ideológica ocorrida com a eleição de José Fogaça em 2004 se reflete no cotidiano do OP. Assim, enquanto os petistas tinham a convicção ideológica da relevância do OP, os partidários da nova gestão estariam mais preocupados em honrar a promessa eleitoral de manutenção do OP. Essa diferença, então, poderia explicar o descuido com a qualificação dos conselheiros e o não comparecimento de muitos secretários às reuniões no Conselho do Orçamento Participativo (COP).

³⁹ Fato que ocorreu com as AMs de bairros e vilas populares, conforme identificado por Abers (2000) em Porto Alegre e por Silva (2001) em Gravataí.

definidos no OP. Por outro lado, a manutenção da eficácia de seus recursos associativos – especialmente seu capital social – no novo contexto, como expressa sua vitória no confronto com a PMPA no caso da Pista de Eventos, aponta a ausência de necessidade de buscar novas formas de atuação como, por exemplo, através de mobilização coletiva e/ou participação no OP. Observa-se, então, que, apesar das mudanças político-institucionais geradas pelo OP, as AMs de classe média preservaram a eficácia de suas redes sociais, atingindo seus objetivos independentemente do OP. Assim, a sua ausência nos espaços participativos significaria a manutenção de uma atuação baseada em relações com agentes em posição de mando, com grandes volumes de capital social e político, conforme se observou na configuração das redes analisadas no capítulo precedente. Ou seja, por manterem expressivas redes de capital social, tais espaços não se mostrariam preferenciais para a sua atuação – no limite representariam uma ameaça ao seu principal recurso associativo: a mobilização de relações sociais informais com entes em posição de autoridade, em especial, vereadores.

No caso da AMVMD os dados indicam um quadro um pouco mais ambíguo. Em termos de oportunidades objetivas, as mudanças introduzidas pelo OP criaram um espaço institucional propício à atuação de entidades carentes de diferentes formas de recursos – financeiros, materiais, culturais, relacionais etc. Ao mesmo tempo, pelas condições específicas da AMVMD (pequeno número de moradores e limitada capacidade de mobilização e articulação), essas oportunidades precisam ser relativizadas e, de fato, os membros da associação entrevistados identificam os limites do OP como um espaço eficaz de expressão e conquista de demandas. Apesar do OP não ser visto como uma ameaça e de haver o seu reconhecimento como um possível local de intervenção (o que é expresso pela participação continuada de seus membros no FROP Região Centro e no COP), identificam-se questionamentos a aspectos da sua dinâmica. Em especial, o predomínio dos atores com mais capacidade de organização, mobilização e articulação. Esses fatores fragilizam a posição de participantes como os membros da AMVMD. Em suma, para associações como a AMVMD, dotada de escassos recursos associativos, a mudança político-institucional gerada pela efetivação do OP abriu, de fato, oportunidades que, se não garantiram automaticamente a conquista de suas demandas, possibilitaram formas menos custosas de acesso aos processos de deliberação sobre a distribuição de bens e serviços públicos.

A partir da delimitação dos objetivos de pesquisa e dos resultados então alcançados, este trabalho possibilitou a construção de importantes conhecimentos sobre o tecido associativo porto-alegrense. Além dos conhecimentos acima debatidos, outros podem ser aqui inferidos. Poder-se-ia aferir que um dos seus maiores méritos tenha sido a tentativa de

apreender a dinâmica associativa construída pelas associações de bairro e sua relação com os poderes públicos e políticos da cidade. Isso foi possível através da elaboração e da análise das redes sociais configuradas pelas entidades sob estudo, o que evidenciou os principais caminhos percorridos para a participação política (em espaços formais e informais) e para a manifestação das demandas e necessidades das populações por elas representadas, bem como o acesso a recursos públicos e privados.

Além disso, procurou-se lançar luz sobre o associativismo estruturado pelas classes médias da cidade. Isso proporcionou entrar num mundo um tanto desconhecido para as Ciências Sociais brasileiras⁴⁰, mas que se mantém ativo e, ao que parece, atingindo muitos dos seus objetivos. No entanto, é preciso salientar que nesta pesquisa se tomou como objeto empírico apenas uma AM de classe média. Assim, é objetivo de futura pesquisa ampliar a análise para outras entidades e as suas relações, a fim de apreender os processos e dinâmicas associativas do que poderíamos chamar de tecido associativo da classe média porto-alegrense.

Tomou-se, também, a desigualdade social brasileira como um mecanismo que, entre outros, tenderia a definir os recursos associativos com que podem contar as associações da sociedade civil. Apesar dos elevados índices de desigualdade social presentes e atuantes na sociedade brasileira, há poucos trabalhos que estudam a relação entre este aspecto estrutural e padrões, processos e dinâmicas associativas que conformam o tecido associativo no país. Desse modo, através da comparação entre duas entidades de bairro representantes e compostas por indivíduos ocupantes de posições sociais desiguais, buscou-se evidenciar se e como as desigualdades socioeconômicas se expressam e estruturam as dinâmicas associativas cotidianas. Ou seja, a partir do estudo empírico aqui construído se infere que as desigualdades socioeconômicas influenciam, em grande medida, a participação e a manifestação política de grupos associativos, uma vez que restringem ou não, dependendo da posição social dos seus membros, os recursos associativos com que podem contar. Tudo isso porque, em sociedades altamente desiguais, as distâncias sociais tendem a erguer fortes barreiras entre indivíduos e grupos que ocupam posições distintas no espaço social. Isso é evidenciado, por exemplo, quando os membros da AMVMD, ao serem questionados sobre possíveis laços com agentes

⁴⁰ A pesquisa bibliográfica sobre a temática “associativismo de classe média” encontrou poucos trabalhos teóricos e/ou empíricos. Os trabalhos de Boschi (1987; 1990) inserem-se na multiplicidade de abordagens aos novos movimentos sociais que buscaram interpretar a emergência de novos atores coletivos nos anos 1970 e 1980 no Brasil. Simões (1992) busca estudar teórica e empiricamente a organização sindical das chamadas novas classes médias assalariadas urbanas. Boito Jr. (2004), em estudo sobre o sindicalismo de classe média, examina o peso da ideologia meritocrática na determinação das atitudes dos trabalhadores de classe média frente à organização e à luta sindical. Eder (2001) lança significativas contribuições teóricas sobre a importância que classe social tem no estudo dos movimentos sociais, especialmente, as classes médias. Contudo, o estudo aqui realizado construiu um arcabouço teórico distinto daqueles oferecidos pelos autores acima citados.

empresariais, afirmam tanto a sua inexistência como a percepção de uma atitude de afastamento por parte desses indivíduos. Além disso, a rede de relacionamentos da AMVMD está configurada a partir de laços entre indivíduos em semelhante posição social. Isso corrobora a idéia de que as barreiras sociais bloqueiam os contatos e as relações entre indivíduos em dessemelhante situação social, impedindo a formação de redes sociais mais amplas, sobretudo, para grupos e agentes oriundos das camadas populares da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca. Do clientelismo à cooperação; governos locais, políticas participativas e organização da sociedade civil em Porto Alegre. **Cadernos da CIDADE**, Porto Alegre, v.5, n.7, p. 1-26, maio, 2000.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. **Lua Nova**, São Paulo, n.39, 1997.

BOITO JR., Armando. Classe média e sindicalismo. **POLITEIA: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v.4, n.1, p. 211-234, 2004.

BORGATTI, S.P.; EVERETT, M.G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet for Windows**: Software for Social Network Analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação**: políticas de base e democracia no Brasil. São Paulo: Vértice, 1987.

BOSCHI, Renato Raul. Entre a cruz e a caldeira: classes médias e política na terra da transição. In: LARANJEIRA, Sônia (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990. p. 158-175.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; Afrânio Catani (Org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 65-69.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das “classes”. In: **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 133-161.

CENTRO DE ASSESSORIA DE ESTUDOS URBANOS (CIDADE). **Depois de 20 anos, OP agoniza em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.ongcidade.org/site/php/noticias/noticias.php?area=noticias&completa&id_noticia=1146>. Acesso em: 7 de abril de 2009.

DAMO, Arlei Sander. Cultura e agência – o engajamento no Orçamento Participativo. **Campos - Revista de Antropologia Social**, América do Sul, v. 9, n. 1, p. 51-85. 2008. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/view/13867/9340>>. Acesso em: 29 de maio de 2009.

DIAS, Marcia Ribeiro. **Na encruzilhada da teoria democrática**: efeitos do orçamento participativo sobre a Câmara Municipal de Porto Alegre. 2000. p. 222 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.16, n.46, jun. 2001.

FEDOZZI, Luciano Joel. **Orçamento Participativo**: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. 3. ed. Porto Alegre: Tomo editorial, 2001.

FEDOZZI, Luciano Joel. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados**: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007.

FERREIRA, Marcelo Costa. “Associativismo e contato político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988-1996 – revisitando o problema da participação”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.41, v.14, p. 90-102, out. 1999.

FERREIRA, Marcelo Costa. Participação e Comportamento Político no Estado de São Paulo, 1990. **Opinião Pública**, Campinas, v.6, n.2, pp. 248-262, 2000.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Associativismo e comportamento eleitoral na Eleição de 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v.10, n.2, p. 254-267, out. 2004.

LANGELIER, Simon. **Soberania política e construção do bem comum**. 2008. Disponível em: <<http://www.ongcidade.org/site/arquivos/artigos/artigosimon4837148a9223b.pdf>>. Acesso em: 29 de maio de 2009.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais e instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.14, n.41, p.45-67, out. 1999.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais e poder no Estado brasileiro: aprendizagens a partir das políticas urbanas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.60, p.15-36, fev. 2006.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira e. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p. 41-49, set-dez. 2004.

MAY, Tim. Pesquisa comparativa: potencial e problemas. In: **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PAVEZ, Thais. **Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas**: o programa Santo André Mais Igual. 2005. p. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP, São Paulo, 2005.

PORTES, Alejandro. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n.33, p. 133-158, 2000.

PREFEITURA/SECRETARIA DE COORDENAÇÃO POLÍTICA E GOVERNANÇA LOCAL et. al. **Atlas do desenvolvimento humano da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: 2008. 1 CD-ROM.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Sobre associativismo, desigualdade e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.53, p. 131-142, 2003.

REIS, Elisa. Pobreza, desigualdade e identidade política. In: DINIZ, Eli (Org.). **O desafio da democracia na América Latina** (Anais do seminário). Rio de Janeiro: IUPERJ, 1996.

RENNÓ, Lucio R. Estruturas de oportunidades políticas e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política**, n.21, nov. 2003.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. **Revista VeraCidade**, Salvador, n.3, maio, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

SILVA, Deise Nepomuceno da. **A ação comunicativa no processo do Orçamento Participativo em Porto Alegre – Região Centro**. 1997. p. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Curso de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre, 1997.

SILVA, Luciana Souza da et. al. **Segregação residencial e relações de vizinhança no bairro de Apipucos (Recife-PE)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. Florianópolis: X SIMPURB, 2007. Disponível em: <http://www.observatorioidasmetropoles.ufrj.br/Segrega_Residencial.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2009.

SILVA, Marcelo Kunrath. **A construção da “participação popular”**: análise comparativa de processos de participação social na discussão pública do orçamento em municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. 2001. p. 295 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre, 2001.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Cidadania e exclusão**: os movimentos sociais urbanos e a experiência de participação na gestão municipal em Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Relatório final**: Mapa do associativismo em Porto Alegre. Porto Alegre: janeiro de 2007. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatório/usu_doc/relatorio_final_mapa_associativismo.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2009.

SIMÕES, Solange de Deus. Classe média profissional no Brasil: teoria e organização política e sindical. **Ciências Sociais Hoje**, 1992. São Paulo: Rio Fundo Editora, p. 160- 199, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário

Histórico da Associação:

- 1) Como ocorreu a formação da sua comunidade? Ano de fundação da associação de moradores? Quais os motivos?
- 2) Descrever o processo de fundação: como foi, quem/como participou, momentos/ações importantes nesse período inicial?

Histórico da sua atuação:

- 3) Qual é a sua função na associação? Desde quando você faz parte da associação?
- 4) Antes de participar da associação o senhor/a participava de alguma outra forma de participação na comunidade?
- 5) Quais são as motivações/interesses em participar da associação?
- 6) Descreva os momentos que mais marcaram sua trajetória de participação na associação?
- 7) Quais os resultados/ganhos pessoais com esta participação?

Aspectos gerais:

- 8) Quais são as principais preocupações da associação? 10) Cite os problemas enfrentados pelo bairro ou comunidade onde você reside.
- 9) Pensando nesses problemas citados, quais os meios que a associação de moradores tem buscado para resolvê-los? Cite exemplos.
- 10) A associação procurou ou foi procurada por meios de comunicação (jornais, rádio, televisão) para opinar em relação a algum assunto? Cite exemplos.
- 11) A associação mantém algum tipo de material impresso (jornais, folhetos etc.)? Por quê?
- 12) A associação tem algum tipo de vínculo ou atividade (realiza trabalhos comunitários) com outras entidades **externamente** ao OP? Com quem? Desde quando?
- 13) Participa do OP? Por quê?
- 14) Cite as associações de moradores, ong's, clubes, igrejas, etc. com que a associação mantém algum tipo de relação dentro do OP. E desde quando.
- 15) Sua comunidade já conseguiu alguma melhoria através do OP? Qual?
- 16) De exemplos de reuniões ou encontros com as secretarias do governo municipal? Como foi marcada/agendada a reunião? Quem teve a iniciativa? Pessoas envolvidas?
- 17) Existe alguma instituição de caráter privado que tem relacionamento ou atividade com a associação? **Já teve?**
- 18) Você tem conhecimento de algum vereador que procurou a associação para saber os problemas da comunidade?

19) Cite exemplos de melhorias ocorridas na sua comunidade ou bairro. Como foram alcançadas?

20) A associação possui sede? Como são realizadas as reuniões?

21) Qual é a sua visão/percepção do bairro?

ANEXO 2

Roteiro de entrevista

1) Histórico ASSAMED até 1985: fundadores? Pessoas ligadas a AM? Momentos importantes?

2) A atuação da ASSAMED durante o período do OI! Menino Deus. As relações com o governo municipal? As relações com os vereadores? As relações com outras entidades? Cite exemplos.

3) No período de publicação do OI! Menino Deus: houve projetos desenvolvidos conjuntamente pelo jornal e pela ASSAMED? Se houve, quais? Havia participação do governo municipal (secretarias municipais) ou de vereadores? Cite exemplos. “O Projeto Convívio” em parceria com SMIC.

4) Na sua visão quais são os principais problemas do bairro? Cite a localização.

5) Na sua opinião quais são as maiores conquistas do bairro? Cite exemplos e a localização.

6) Além da ASSAMED existem outras organizações ou indivíduos atuantes no/pelo bairro? ONG's, Movimentos, Vereadores.

7) Qual é a sua visão/percepção do bairro?

ANEXO 3

Construindo a rede relacional configurada no exemplo da Pista de Eventos

Na elaboração da Figura 4 foram, primeiramente, definidos os elementos que iriam constituir os “nós” da rede. Determinou-se, então, que a rede de relações seria composta por indivíduos, associações, organizações, grupos, articulações, instituições e eventos que, de alguma forma, expressaram posição contrária à construção da Pista de Eventos de Porto Alegre no bairro Menino. Posteriormente, foram identificadas as suas relações no Jornal da ASSAMED entre novembro de 1997 e março de 1998, o que foi complementado com dois exemplares do Jornal Zero Hora. Obtida a lista dos “nós” que formariam a rede relacional, elaborou-se uma matriz de dados através do software para ARS UCINET 6.

Optou-se por conectar indivíduos, grupos de indivíduos e instituições (linha) com as suas respectivas ações, manifestações e articulações (coluna), suprimindo-se, desse modo, as relações indivíduo/indivíduo, indivíduo/grupos de indivíduos, indivíduo/instituições e grupos

de indivíduos/instituições. Assim, constituiu-se um padrão para a definição do sociograma, qual seja: relações de agentes/instituições com manifestações/ações. Além disso, é mister notar que a ASSAMED está representada por três “nós” diferentes: ASSAMED, Jocelin Azambuja – ASSAMED e Alzira Dornelles Bán – ASSAMED.

ANEXO 4

Manifesto

“Nós, vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre, manifestando adesão ao movimento de moradores dos bairros Menino Deus, Praia de Belas e Santa Tereza contra a construção da Pista de Eventos, localizada no Parque Marinha do Brasil, como pretende a atual administração do Município.

Estamos convencidos da legitimidade das reivindicações desses cidadãos. Alegam, com razão, que essas regiões periféricas da área pretendida para a construção da Pista de Eventos estão saturadas de inúmeros tipos de acontecimentos. Entendemos que as comunidades envolvidas já dão contribuição à cultura popular e ao lazer da capital gaúcha. Afinal nela se localizam os estádios Olímpico e Beira-Rio, além do Gigantinho, como também um shopping center, circos, clubes, o Centro Olímpico e quadras de escola de Samba. Atraem permanentemente, grande contingente de pessoas.

Ainda salientam que os bairros não dispõem de vias adequadas e nem estacionamentos suficientes, fatores esses que acarretam transtornos ao trânsito e ao acesso à Zona Sul da cidade. Ressaltam, ao mesmo tempo, que próximo do local está o Hospital Mãe de Deus, o Asilo Padre Cacique e casas geriátricas que serão afetadas pelo aumento da poluição sonora, caso se efetive a intenção da atual administração municipal.

Conhecedores, sobejamente, da posição contrária da maioria esmagadora dos moradores do Menino Deus e de textos legais que, explicitamente, sem necessidades de maiores interpretações proíbem a execução do projeto, a tecnocracia instalada no Paço Municipal, insiste...

A Lei Complementar 268, de autoria do Executivo Municipal, em seu artigo 7º, textualmente impede a construção da Pista de Eventos no local pretendido pela Prefeitura. Por outro lado, é estranhável que a área estando sob judice no processo de origem do Executivo, a administração desrespeite a decisão da Justiça.

Consideramos justa a pretensão dos moradores e assim tornamos pública nossa solidariedade à luta iniciada e a ela nos integramos, Porto Alegre, 15 de outubro de 1997.

Antonio Holfeldt (PSDB), Carlos Garcia (PSB), Cláudio Sebenelo (PSBD), Clênia Maranhão (PMDB), Eliseu Sabino (PTB), Elói Guimarães (PDT), Guilherme Batista (PFL), Hélio Corbelini (PSB), Issac Ainhorn (PDT), João Antonio Dib (PPB), João Carlos Nedel (PPB), Jocelin Azambuja (PTB), Luiz Braz (PTB), Luis Fernando Zachia (PMDB), Paulo Brum (PTB), Pedro Américo Leal (PPB), Sônia Santos (PTB) e Tereza Franco (PTB)” (Jornal da ASSAMED, outubro de 1997).

ANEXO 5

A construção das Figuras 5 e 6

Os sociogramas 5 e 6 foram elaborados a partir das informações encontradas no Jornal da ASSAMED. Com relação ao primeiro, as matérias publicadas sobre a obra e as fotografias do evento de inauguração revelaram os agentes sociais envolvidos no processo, bem como os laços entre eles. Agentes estatais responsáveis pela doação do terreno, empresários que construíram o imóvel e atores comunitários que barganharam/lutaram pela concretização do projeto compõem a rede social então configurada. No que tange ao segundo, o jornal da associação reproduziu em diversas ocasiões os agentes e as instituições que financiaram a aquisição das bicicletas montadas para o policiamento do bairro. Além disso, ressaltou a participação da entidade através do seu diretor de segurança, que manteve várias reuniões com as forças policiais atuantes no bairro. Posteriormente, os nomes dos indivíduos e das instituições que participaram de cada um dessas ações foram colocados na matriz do software UCINET 6 para a confecção dos referidos sociogramas.

ANEXO 6

A Construção da figura 7

Esse sociograma foi elaborado por meio da análise das entrevistas realizadas com duas presidentas da AMVMD e a delegada da comunidade no FROP da região centro. Além disso, a observação no FROP da Região Centro forneceu informações relevantes para a definição dos vínculos dos representantes da Vila Menino Deus. Não foram feitas perguntas específicas sobre as relações mantidas por esses agentes. Os “nós” e os laços foram definidos a partir da análise dos questionamentos feitos às entrevistadas (ver Anexo 1). Após essa definição, foi construída uma matriz de “nós” e laços que foi inserida no software UCINET 6 para a elaboração do sociograma. Optou-se por construir a rede de relações tal como ela estava configurada durante a pesquisa de campo; assim, os contatos que existiram, por exemplo, entre as duas freiras e os departamentos e secretárias municipais há alguns anos não foram incluídos no sociograma, uma vez que não estavam “funcionando” no período de ida a campo.